

"A MECADORIA..."

MARX

3

Marialice Mencarini Foracchi • José de Souza Martins

SOCIOLOGIA E SOCIEDADE

(Leituras de introdução à Sociologia)



11ª TIRAGEM

DE LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA S. A.

MARIALICE MENCARINI FORACCHI E JOSÉ DE SOUZA MARTINS

Proibida a reprodução, mesmo parcial,
e por qualquer processo, sem autorização
expressa do autor e do editor.

Coordenador editorial da área:
Gabriel Cohn

1ª edição: 1977
Reimpressões: 1978 (duas), 1980 (três),
1981, 1983, 1984, 1985
e 1986

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Sociologia e sociedade: leituras de introdução à
S662 sociologia (compilação de textos por) Marialice Mencarini
Foracchi (e) José de Souza Martins.
Rio de Janeiro, LTC — Livros Técnicos e Científicos Edi-
tora S. A., 1977.

I. Sociologia I. Foracchi, Marialice Mencarini, 1929-1972.
II. Martins, José de Souza, 1938 —

77-0437

CDD-301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociedade: Sociologia 301
2. Sociologia 301

Direitos reservados por:

 **LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA S.A.**

MATRIZ	FILIAL
Rua Vieira Bueno, 21 20.920 — Rio de Janeiro — RJ Brasil — End. Telegráfico: LITECE Tels.: 580-6055 Vendas: 580-9374	Rua Vitória, 486 — 2º andar 01.210 — São Paulo — SP Tel.: (011) 223-6823 Caixa Postal 4.817

A mercadoria: os fundamentos da produção da sociedade e do seu conhecimento*

Karl Marx

1. Os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância e quantidade do valor)

A riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em "imensa acumulação de mercadorias", (1) e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza. Por isso, nossa investigação começa com a análise da mercadoria.

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. (2) Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.

Cada coisa útil, como ferro, papel etc., pode ser considerada sob duplo aspecto, segundo qualidade e quantidade. Cada um desses objetos é um conjunto de muitas propriedades e pode ser útil de diferentes modos. Constituem fatos históricos a descoberta dos diferentes modos, das diversas maneiras de usar as coisas, (3) e a invenção das medidas, socialmente aceitas, para quantificar as coisas úteis. A variedade dos padrões de medida das mercadorias decorre da natureza diversa dos objetos a medir e também de convenção.

A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso. (4) Mas, essa utilidade não é algo aéreo. Determinada pelas propriedades materialmente inerentes à mer-

(*) Karl Marx, *O Capital — Crítica da economia política*, Livro I, vol. I, 3ª ed., tradução de Reginaldo Sant'Anna, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975, pp. 41-93. Reprodução autorizada pelo editor e pelo tradutor.

(1) Karl Marx, *Contribuição à crítica da economia política*, Berlim, 1859, p. 3.

(2) "Desejo envolve necessidade; é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo (...). A maioria (das coisas) tem valor porque satisfaz as necessidades do espírito". (Nicholas Barbon, "A Discourse on coining the new money lighter. In answer to Mr. Locke's Considerations etc.", Londres, 1696, pp. 2 e 3.)

(3) "As coisas possuem uma virtude intrínseca (como Barbon designa valor-de-uso), igual em toda parte, como a propriedade do ímã de atrair o ferro" (*op. cit.*, p. 6). A propriedade do ímã só se tornou útil depois de se descobrir, por meio dela, a polaridade magnética.

(4) "O valor natural de qualquer coisa consiste em sua capacidade de prover as necessidades ou de servir às comodidades da vida humana" (John Locke, "Some Considerations on the Consequences of the Lowering of Interest, 1691", em *Works*, ed. Londres, 1777, vol. II, p. 28). No século XVII, ainda se encontra, com frequência, nos escritores ingleses, "Worth" significando valor-de-uso, e "value", valor-de-troca, em conformidade com o espírito de um idioma que só expressar o fenômeno original, com um termo germânico, e o reflexo, com um termo latino.

cadoria, só existe através delas. A própria mercadoria, como ferro, trigo, diamante, etc., é, por isso, um valor-de-uso, um bem. Esse caráter da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Ao se considerarem valores-de-uso, sempre se pressupõem quantidades definidas, como uma dúzia de relógios, um metro de linho, uma tonelada de ferro etc. Os valores-de-uso fornecem material para uma disciplina específica, a merceologia. (5) O valor-de-uso só se realiza com a utilização ou o consumo. Os valores-de-uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela. Na forma de sociedade que vamos estudar, os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, (6) relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. (7) Vejamos a coisa mais de perto.

Qualquer mercadoria se troca por outras, nas mais diversas proporções, por exemplo, um *quarter* de trigo por x de graxa, ou por y de seda ou z de ouro etc. Ao invés de um só, o trigo tem, portanto, muitos valores-de-troca. Mas, uma vez que cada um dos itens, separadamente — x de graxa ou y de seda ou z de ouro, — é o valor-de-troca de um *quarter* de trigo, devem x de graxa, y de seda e z de ouro, como valores-de-troca, ser permutáveis e iguais entre si. Daí se deduz, primeiro: os valores-de-troca vigentes da mesma mercadoria expressam, todos, um significado igual; segundo: o valor-de-troca só pode ser a maneira de expressar-se, a forma de manifestação de uma substância que dele se pode distinguir.

Tomemos duas mercadorias, por exemplo, trigo e ferro. Qualquer que seja a proporção em que se troquem, é possível sempre expressá-la com uma igualdade em que dada quantidade de trigo se iguala a alguma quantidade de ferro, por exemplo, 1 *quarter* de trigo = n quintais de ferro. Que significa essa igualdade? Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, em um *quarter* de trigo, e em n quintais de ferro. As duas coisas são, portanto, iguais a uma terceira que, por sua vez, delas difere. Cada uma das duas, como valor-de-troca, é reduzível, necessariamente, a essa terceira.

Evidencia-se isto com um simples exemplo geométrico. Para determinar e comparar a área dos polígonos, decompomo-los em triângulos. O próprio triângulo pode converter-se, também, numa expressão inteiramente diversa de sua figura visível — a metade do produto da base pela altura. Do mesmo modo têm os valores-de-troca de ser reduzíveis a uma coisa comum, da qual representam uma quantidade maior ou menor.

Essa coisa comum não pode ser uma propriedade das mercadorias, geométrica, física, química ou de qualquer outra natureza. As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valores-

de-uso. Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação. Nela, um valor-de-uso vale tanto quanto outro, quando está presente na proporção adequada. Ou como diz o velho Barbon:

“Um tipo de mercadoria é tão bom quanto outro, se é igual o valor-de-troca. Não há diferença ou distinção em coisas de igual valor-de-troca.” (8)

Como valores de uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores-de-troca, só podem diferir na quantidade, não contendo portanto nenhum átomo de valor-de-uso.

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.

Vejamos o que é esse resíduo dos produtos do trabalho. Nada deles resta a não ser a mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida. Esses produtos passam a representar apenas a força de trabalho humana, gasta em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou. Como configuração dessa substância social que lhes é comum, são valores, valores-mercadorias.

Na própria relação de permuta das mercadorias, seu valor-de-troca revela-se, de todo, independente de seu valor-de-uso. Pondo-se de lado o valor-de-uso dos produtos do trabalho, obtém-se seu valor como acaba de ser definido. O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias. Mais adiante, voltaremos a tratar do valor-de-troca como o modo necessário de expressar-se o valor ou a forma de este manifestar-se. O valor será estudado, agora, independentemente de sua forma.

Um valor-de-uso ou um bem só possui, portanto, valor, porque nele está corporificado, materializado, trabalho humano abstrato. Como medir a grandeza do seu valor? Por meio da quantidade da “substância criadora de valor” nele contida, o trabalho. A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia, etc.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho gasto durante sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil um ser humano, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois ele precisa de mais tempo para acabá-la. Todavia, o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho. Toda a

(8) “One sort of wares are as good as another, if the value be equal. There is no difference or distinction in things of equal value”. Barbon acrescenta: “Cem libras esterlinas de chumbo ou de ferro valem tanto quanto cem libras esterlinas de ouro ou de prata” (N. Barbon, *loc. cit.*, pp. 53 e 57).

(5) Na sociedade burguesa reina a ficção jurídica de que todo ser humano, como comprador, tem um conhecimento enciclopédico das mercadorias.

(6) “O valor consiste na relação de troca que se estabelece entre uma coisa e outra, entre a quantidade de um produto e a de outro” (Le Trosne, “De l’Intérêt social”, em *Physiocrates*, ed. Daire, Paris, 1846, p. 889).

(7) “Nada pode ter um valor-de-troca intrínseco” (N. Barbon, *op. cit.*, p. 6), ou como diz Butler: “O valor de uma coisa é exatamente o que ele dá em troca”.

força de trabalho da sociedade, — que se revela nos valores do mundo das mercadorias, — vale, aqui, por força de trabalho única, embora se constitua de inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho se equipara às demais, na medida em que possua o caráter de uma força média de trabalho social, e atue como essa força média, precisando, portanto, apenas do tempo de trabalho em média necessário ou socialmente necessário para a produção de uma mercadoria. Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho. Na Inglaterra, após a introdução do tear a vapor, o tempo empregado para transformar determinada quantidade de fio em tecido diminuiu aproximadamente de metade. O tecelão inglês que então utilizasse o tear manual, continuaria gastando, nessa transformação, o mesmo tempo que despendia antes, mas o produto de sua hora individual de trabalho só representaria meia hora de trabalho social, ficando o valor anterior de seu produto reduzido à metade.

O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso.(9) Cada mercadoria individual é considerada aqui exemplar médio de sua espécie.(10) Mercadorias que contêm iguais quantidades de trabalho, ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, possuem, conseqüentemente, valor da mesma magnitude. O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra. "Como valores, as mercadorias são apenas dimensões definidas do tempo de trabalho que nelas se cristaliza".(11)

A grandeza do valor de uma mercadoria permanecerá, portanto, invariável, se fosse constante o tempo do trabalho requerido para sua produção. Mas este muda com qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho. A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção, e as condições naturais. A mesma quantidade de trabalho, nas quadras favoráveis, se incorpora em 8 toneladas de trigo e, nas desfavoráveis, em apenas 4. A mesma quantidade de trabalho extrai mais metal de uma mina rica que de uma pobre. Diamantes dificilmente se acham à flor do solo e encontrá-los custa, em média, muito tempo de trabalho. Em conseqüência, materializam, em volume diminuto, muito trabalho. William Jacob duvida que o ouro tenha, em algum tempo, pago o seu valor, por inteiro. Para o diamante, essa

(9) Nota da 2ª edição: "The value of them (the necessaries of life) when they are exchanged the one for another, is regulated by the quantity of labour necessarily required, and commonly taken in producing them". "O valor dos objetos, quando se permutam, é determinado pela quantidade de trabalho necessariamente exigida e comumente gasta para produzi-los" (*Some Thoughts on the Interest of Money in general, and particularly in the Public Funds etc.*, Londres, pp. 36 e 37). Não traz data esse notável trabalho anônimo do século passado. De seu conteúdo infere-se que apareceu no tempo de Jorge II, por volta de 1739 ou 1740.

(10) "Todos os produtos da mesma espécie formam, a bem dizer, uma só massa, cujo preço é determinado de modo geral, sem se levar em conta circunstâncias" (*Le Trosne, op. cit.*, p. 893).

(11) K. Marx, *op. cit.*, p. 6.

opinião ainda é mais válida. Segundo Eschwege, em 1823, a produção global, durante oitenta anos, das minas de diamante, no Brasil, não atingira, ainda, o importe do produto médio de ano e meio dos engenhos de açúcar e das plantações de café, naquele país, embora ela custasse muito mais trabalho e representasse, portanto, mais valor. Com minas mais ricas, a mesma quantidade de trabalho incorporar-se-ia em mais diamantes e o valor destes cairia. Se se conseguisse, com pouco trabalho, transformar carvão em diamante, este poderia ficar mais barato do que tijolo. Generalizando: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade, e na inversa da produtividade, do trabalho que nela se aplica.(1)

Uma coisa pode ser valor-de-uso, sem ser valor. É o que sucede quando sua utilidade para o ser humano não decorre do trabalho. Exemplos: o ar, a terra virgem, seus pastos naturais, a madeira que cresce espontânea na selva etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem, com seu produto, satisfaz a própria necessidade gera valor-de-uso, mas não mercadoria. Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor-de-uso, mas produzi-lo para outros, dar origem a valor-de-uso social.

(E mais. O camponês medieval produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, o trigo do dízimo para o cura. Mas, embora fossem produzidos para terceiros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo eram mercadoria. O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca).(11ª) Finalmente, nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil. Se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não cria nenhum valor.

2. O duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria

A mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca. Mais tarde, verificou-se que o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso. Fui quem, primeiro, analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria.(12) Para compreender a economia política é essencial conhecer essa questão, que, por isso, deve ser estudada mais de perto.

Tomemos duas mercadorias: um casaco e 10 metros de linho. A primeira com o dobro do valor da segunda, de modo que, se 10 metros de linho = 1 v, o casaco = 2 v.

(1) 1ª edição continua: Conhecemos, agora, a substância do valor. É o trabalho. Conhecemos a medida de sua magnitude. É o tempo de trabalho. Resta analisar sua forma, o sinete que se imprime sobre o valor, o valor-de-troca. Mas, antes, é mister desenvolver, mais pormenorizadamente, as definições já formuladas.

(11ª) Nota da 4ª edição: O trecho que intercalei entre parênteses destina-se a evitar o erro, muito freqüente, de achar que Marx considera mercadoria qualquer produto, desde que não seja consumido pelo produtor, mas por outro. F. E.

(12) *Op. cit.*, pp. 12, 13 e *passim*.

O casaco é valor-de-uso que satisfaz uma necessidade particular. Para produzi-lo, precisa-se de certo tipo de atividade produtiva, determinada por seu fim, modo de operar, objeto sobre que opera, seus meios e seu resultado. Chamamos simplesmente de trabalho útil aquele cuja utilidade se patenteia no valor-de-uso do seu produto ou cujo produto é um valor-de-uso. Sob esse ponto de vista será considerado sempre associado a seu efeito útil.

Sendo casaco e linho valores-de-uso qualitativamente diversos, também diferem qualitativamente os trabalhos que dão origem a sua existência — o ofício de alfaiate e o de tecelão. Se aquelas coisas não fossem valores-de-uso, qualitativamente diversos e, por isso, produtos de trabalhos úteis qualitativamente diferentes, não poderiam elas, de nenhum modo, se contrapor uma à outra, como mercadorias. Casacos não se permutam por outros tantos casacos iguais, valores-de-uso idênticos não se trocam.

No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos, — classificáveis por ordem, gênero, espécie, subespécie e variedade, — a divisão social do trabalho. Ela é condição para que exista a produção de mercadorias, embora, reciprocamente, a produção de mercadorias não seja condição necessária para a existência da divisão social do trabalho. Na velha comunidade indiana, há a divisão social do trabalho, sem que os produtos se convertam em mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica existe a divisão sistemática do trabalho, mas essa divisão não leva os trabalhadores a trocarem seus produtos individuais. Só se contrapõem, como mercadorias, produtos de trabalhos privados e autônomos, independentes entre si.

Está, portanto, claro: o valor-de-uso de cada mercadoria representa determinada atividade produtiva subordinada a um fim, isto é, um trabalho útil particular. Valores-de-uso não podem se opor como mercadorias, quando neles não estão inseridos trabalhos úteis qualitativamente distintos. Numa sociedade, cujos produtos assumem, geralmente, a forma de mercadoria, isto é, numa sociedade de produtores de mercadorias, — essa diferença qualitativa dos trabalhos úteis, executados, independentes uns dos outros, como negócio particular de produtores autônomos, leva a que se desenvolva um sistema complexo, uma divisão social do trabalho.

Para o casaco, tanto faz ser usado pelo alfaiate ou pelo freguês do alfaiate. Em ambos os casos, funciona como valor-de-uso. A existência da relação entre o casaco e o trabalho que o confecciona não depende de o ofício de alfaiate se tornar uma profissão especial, um ramo autônomo da divisão social do trabalho. Antes de surgir um alfaiate, o ser humano costurou durante milênios, pressionado pela necessidade de vestir-se. Mas o casaco, o linho, ou qualquer componente da riqueza material que não seja dado pela natureza, tinha de originar-se de uma especial atividade produtiva, adequada a determinado fim, e que adapta certos elementos da natureza às necessidades particulares do homem. O trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, — quaisquer que sejam as formas de sociedade, — é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana.

Os valores-de-uso, casaco, linho etc., enfim, as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. Extraindo-se a totalidade dos diferentes trabalhos úteis incorporados ao casaco, ao linho etc., resta

sempre um substrato material, que a natureza, sem interferência do homem, oferece. O homem, ao produzir, só pode atuar como a própria natureza, isto é, mudando as formas da matéria. (13) E mais: nesse trabalho de transformação, é constantemente ajudado pelas forças naturais. O trabalho não é, por conseguinte, a única fonte dos valores de uso que produz, da riqueza material. Conforme diz William Petty, o trabalho é o pai, mas a mãe é a terra.

Passemos, agora, da mercadoria, como objeto útil, para o valor das mercadorias.

Ficou estabelecido que o casaco vale duas vezes mais que o linho. Mas, essa diferença puramente quantitativa não nos interessa no momento. E se o casaco tem o dobro do valor de 10 metros de linho, 20 metros de linho têm valor igual ao do casaco. Como valores, casaco e linho são coisas de igual substância, expressões objetivas de trabalho de natureza igual. Mas, o ofício de alfaiate e o de tecelão são trabalhos qualitativamente diversos. Há estágios sociais em que a mesma pessoa, alternativamente, costura e tece, em que esses dois tipos diferentes de trabalho são apenas modalidades do trabalho do mesmo indivíduo e não ofícios especiais, fixos, de indivíduos diversos, do mesmo modo que o casaco feito, hoje, por nosso alfaiate, e as calças, que fará amanhã, não passam de variações do mesmo trabalho individual. Verifica-se, a uma simples inspeção, que, em nossa sociedade capitalista, se fornece uma porção dada de trabalho humano, ora sob a forma do ofício de alfaiate, ora sob a forma do ofício de tecelão, conforme as flutuações da procura de trabalho. É possível que essa variação na forma do trabalho não se realize sem atritos, mas tem de efetivar-se. Pondo-se de lado o desígnio da atividade produtiva e, em consequência, o caráter útil do trabalho, resta-lhe apenas ser um dispêndio de força humana de trabalho. O trabalho do alfaiate é o do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio humano produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc., e, desse modo, são ambos trabalho humano. São apenas duas formas diversas de despender força humana de trabalho. Sem dúvida, a própria força humana de trabalho tem de atingir certo desenvolvimento, para ser empregada em múltiplas formas. O valor da mercadoria, porém, representa trabalho humano simplesmente, dispêndio de trabalho humano em geral. Com o trabalho humano ocorre algo análogo ao que se passa na sociedade burguesa, onde em geral um banqueiro desempenha um papel importante e fica reservado ao simples ser humano uma função inferior. (14) Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. O trabalho simples médio muda de caráter com os países e estágios de civilização, mas é dado numa determinada sociedade. Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples *potenciado* ou, antes, *multiplicado*, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho

(13) "Todos os fenômenos do universo, provocados pela mão do homem ou pelas leis gerais da física, não constituem, na realidade, criações novas, mas apenas transformação da matéria. Associação e dissociação são os únicos elementos que o espírito humano acha ao analisar a idéia de produção; o mesmo ocorre com a produção do valor" (valor-de-uso, embora o próprio Verri, nessa polémica com os fisiocratas, não saiba claramente de que valor está falando) "e da riqueza, quando a terra, o ar e a água transformam-se, nos campos, em trigo, ou quando, pela intervenção do homem, a secreção de um inseto se transforma em seda, ou diversas peças de metal se ordenam para formar um despertador". (Pietro Verri, *Meditazioni sulla economia politica*, impresso, primeiro, em 1771, na edição dos economistas italianos, de Custodi, parte moderna, vol. XV, pp. 21, 22.)

(14) Vide Hegel, *Philosophie des Rechts*, Berlin, 1840, p. 250, § 190.

simples. A experiência demonstra que essa redução sucede constantemente. Por mais qualificado que seja o trabalho que gera a mercadoria, seu valor a equipara ao produto de trabalho simples e representa, por isso, uma determinada quantidade de trabalho simples.⁽¹⁵⁾ As diferentes proporções em que as diversas espécies de trabalho se reduzem a trabalho simples, como sua unidade de medida, são fixadas por um processo social que se desenrola sem dele ter consciência os produtores, parecendo-lhes, por isso, estabelecidas pelo costume. Para simplificar, considerar-se-á, a seguir, força de trabalho simples toda espécie de força de trabalho, com o que se evita o esforço de conversão.

Ao considerar os valores do casaco e do linho, prescindimos da diferença dos seus valores-de-uso e, analogamente, ao focalizar os trabalhos que se representam nesses valores, pomos de lado a diferença entre suas formas úteis, a atividade do alfaiate e a do tecelão. Os valores-de-uso casaco e linho resultam de atividades produtivas, subordinadas a objetivos, associadas com pano e fio, mas os valores casaco e linho são cristalizações homogêneas de trabalho; os trabalhos contidos nesses valores são considerados apenas dispêndio de força humana de trabalho, pondo-se de lado sua atuação produtiva relacionada com o pano e o fio. O trabalho do alfaiate e o do tecelão são os elementos que criam valores-de-uso, casaco e linho, exatamente por força de suas qualidades diferentes; só são substância do valor do casaco e do valor do linho quando se põem de lado suas qualidades particulares, restando a ambos apenas uma única e mesma qualidade, a de serem trabalho humano.

Casaco e linho são valores, mas valores que têm uma determinada grandeza, e, conforme nosso pressuposto, o casaco vale o dobro de 10 metros de linho. Onde se origina essa diferença nas grandezas dos valores? Decorre de estar contido no linho metade do trabalho que se encerra no casaco, tendo de ser despendida força de trabalho para a produção deste durante o dobro do tempo requerido para a produção daquele.

Se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista da grandeza do valor, só interessa quantitativamente e depois de ser convertida em trabalho humano, puro e simples. No primeiro caso, importa saber como é e o que é o trabalho; no segundo, sua quantidade, a duração de seu tempo. Uma vez que a grandeza do valor de uma mercadoria representa apenas a quantidade de trabalho nela contido, devem as mercadorias, em determinadas proporções, possuir valores iguais.

Permanecendo invariável a produtividade de todos os trabalhos úteis exigidos para a produção de um casaco, a magnitude do valor dos casacos eleva-se com a respectiva quantidade. Se um casaco representa x dias de trabalho, dois casacos representarão $2x$. Admitamos que se duplique o trabalho necessário para a produção de um casaco, ou que se reduza à metade. No primeiro caso, um casaco passa a ter um valor que antes possuíam dois; no segundo, dois casacos passam a ter o valor de um, embora, em ambas as hipóteses, o casaco tenha a mesma utilidade de antes e o trabalho útil nele contido continue sendo da mesma qualidade. Mudou, porém, a quantidade de trabalho despendida em sua produção.

(15) Repare o leitor que não se trata aqui de salário ou do valor que o trabalhador recebe por seu tempo de trabalho, mas do valor da mercadoria no qual se traduz seu tempo de trabalho. Não existe ainda a categoria salário neste estágio de nossa exposição.

Uma quantidade maior de valor-de-uso cria, de per si, maior riqueza material: dois casacos representam maior riqueza que um. Com dois casacos podem agasalhar-se dois homens, com um casaco, só um etc. Não obstante, ao acréscimo da massa de riqueza material pode corresponder uma queda simultânea no seu valor. Esse movimento em sentidos opostos se origina do duplo caráter do trabalho. Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva, adequada a certo fim, em dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos na razão direta da elevação ou da queda de sua produtividade. Por outro lado, nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurado no valor. Uma vez que a produtividade pertence à forma concreta, útil de trabalho, não pode ela influir mais no trabalho quando abstraímos de sua forma concreta útil. Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece, sempre, a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo, gera quantidades diferentes de valores-de-uso: quantidade maior, quando a produtividade aumenta, e menor, quando ela decai. Consideremos ainda a variação da produtividade. A mesma variação da que acresce o resultado do trabalho e, em conseqüência, a massa dos valores-de-uso que ele fornece, reduz a magnitude do valor dessa massa global aumentada, quando diminui o total do tempo do trabalho necessário para sua produção. E vice-versa.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.⁽¹⁶⁾

3. A forma do valor ou o valor-de-troca

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores-de-uso, de objetos materiais, como ferro, linho, trigo etc. É a sua forma natural, prosaica. Todavia,

(16) Nota da 2ª edição. Para demonstrar que "apenas o trabalho é a medida definitiva e real com que se avalia e compara o valor de todas as mercadorias em todos os tempos", diz Adam Smith: "Quantidades iguais de trabalho, em todos os tempos e em todos os lugares, devem ter o mesmo valor, para o trabalhador. No seu estado normal de saúde, força e atividade e com o grau médio de destreza que possuía, tem sempre de ceder a mesma porção de lazer, liberdade e felicidade" (*Wealth of Nations*, vol. I, cap. 5, pp. 104 e 105). De um lado, A. Smith confunde, aí (embora nem sempre), a determinação do valor pela quantidade de trabalho despendido na produção da mercadoria, com a determinação dos valores das mercadorias pelo valor do trabalho, e procura, por isso, demonstrar que iguais quantidades de trabalho têm sempre o mesmo valor. Por outro lado, pressente ele que o trabalho, enquanto representado no valor da mercadoria, só conta como dispêndio de força de trabalho, mas concebe esse dispêndio apenas como sacrifício de ócio, liberdade e felicidade, sem considerar que é também uma função normal da vida. Tem por certo em vista o moderno assalariado. O antecessor anônimo de A. Smith, citado na nota 9, diz de maneira muito mais precisa: "Um homem gastou uma semana para fabricar um artigo de consumo (...) e a pessoa que lhe dará outro em troca, para melhor determinar o equivalente exato, bastará computar o que lhe custa o mesmo trabalho e o mesmo tempo; isto, com efeito, não é mais do que trocar o trabalho empregado por um homem numa coisa, durante certo tempo, pelo trabalho de outro em outra coisa, durante o mesmo tempo" (*Some Thoughts on the Interest of Money in general etc.*, p. 39). (Nota da 4ª edição: a língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras distintas para designar esses dois aspectos diferentes do trabalho. O trabalho que gera valores-de-uso e se determina qualitativamente, chama-se de "Work", distinguindo-se, assim, de "labour", o trabalho que cria valor e que só pode ser avaliado quantitativamente. Vide nota na tradução inglesa, p. 14. F.E.)

só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor. Por isso, patenteiam-se como mercadorias, assumem a feição de mercadoria, apenas na medida em que possuam dupla forma, aquela forma natural e a de valor.

A realidade do valor das mercadorias difere de *Dame Quickly*, por não sabermos por onde apanhá-la. (I) Em contraste direto com a palpável materialidade da mercadoria, nenhum átomo de matéria se encerra no seu valor. Vire-se e revire-se, à vontade, uma mercadoria: a coisa-valor se mantém imperceptível aos sentidos.

As mercadorias, recordemos, só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma substância social, o trabalho humano; seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manifestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. Partimos do valor-de-troca ou da relação de troca das mercadorias, para chegar ao valor aí escondido. Temos, agora, de voltar a essa forma de manifestação do valor.

Todo mundo sabe, mesmo os que nada mais saibam, que as mercadorias possuem forma comum de valor, que contrasta com a flagrante heterogeneidade das formas corpóreas de seus valores-de-uso. Esta forma comum é a forma dinheiro do valor. Importa realizar o que jamais tentou fazer a economia burguesa, isto é, elucidar a gênese da forma dinheiro. Para isso, é mister acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor existente entre as mercadorias, partindo da manifestação mais simples e mais apagada até chegar à esplendente forma dinheiro. Assim, desaparecerá o véu misterioso que envolve o dinheiro.

A mais simples relação de valor é, evidentemente, a que se estabelece entre uma mercadoria e qualquer outra mercadoria de espécie diferente. A relação de valor entre duas mercadorias é, portanto, a expressão de valor mais simples de uma mercadoria.

A) A FORMA SIMPLES, SINGULAR OU FORTUITA DO VALOR

x da mercadoria $A = y$ da mercadoria B , ou
 x da mercadoria A vale y da mercadoria B
 20 metros de linho = 1 casaco, ou
 20 metros de linho valem 1 casaco

1. Os dois pólos da expressão do valor: a forma relativa do valor e a forma de equivalente

Todo o segredo da forma do valor encerra-se nessa forma simples do valor. Na sua análise reside a verdadeira dificuldade.

Dois mercadorias diferentes A e B , em nosso exemplo, linho e casaco, representam, evidentemente, dois papéis distintos. O linho expressa seu valor no casaco, que serve de material para essa expressão de valor. O papel da primeira mercadoria é ativo, o desempenhado pela segunda, passivo. O valor da primeira mercadoria apresenta-se como valor relativo, ela se encontra sob a forma relativa do valor. A segunda mercadoria tem a função de equivalente ou se acha sob a forma de equivalente.

A forma relativa do valor e a forma de equivalente se pertencem, uma à outra, se determinam, reciprocamente, inseparáveis, mas, ao mesmo tempo, são ex-

tremos que mutuamente se excluem e se opõem, pólos da mesma expressão do valor. Essas formas são aplicadas a duas mercadorias diferentes, sempre que a expressão do valor as relacione uma com a outra. Não posso, por exemplo, expressar em linho o valor do linho, 20 metros de linho = 20 metros de linho não é nenhuma expressão de valor. A igualdade aí tem outro sentido: 20 metros de linho não é mais do que 20 metros de linho, uma quantidade determinada do valor-de-uso, linho. O valor do linho só pode ser expresso relativamente, isto é, em outra mercadoria. A forma relativa do valor do linho pressupõe, por isso, que alguma outra mercadoria se contrapõe ao linho como equivalente. Por outro lado, essa outra mercadoria que figura como equivalente não pode achar-se, ao mesmo tempo, sob a forma relativa do valor. Não é ela que expressa seu valor. Apenas fornece o material para a expressão do valor da outra mercadoria.

Naturalmente, a expressão 20 metros de linho = 1 casaco, ou 20 metros de linho valem 1 casaco, compreende também, a relação inversa, 1 casaco = 20 metros de linho, ou 1 casaco vale 20 metros de linho. Mas, aí, tenho de inverter a equação, para exprimir relativamente o valor do casaco; e, ao fazer isso, o equivalente passa a ser o linho e não o casaco. Na mesma expressão do valor, a mesma mercadoria não pode aparecer, ao mesmo tempo, sob as duas formas. Elas se repelem polarmente.

Para saber se uma mercadoria se encontra sob a forma relativa do valor ou sob a forma oposta, a equivalente, basta reparar a posição que ocasionalmente ocupa na expressão do valor, se é a mercadoria cujo valor é expresso ou se é mercadoria através da qual se expressa o valor.

2. A forma relativa do valor

a) O que significa

Para descobrir por que a expressão simples do valor de uma mercadoria se contém na relação de valor de duas mercadorias, é mister, primeiro, considerar essa relação inteiramente dissociada de seu aspecto quantitativo. Faz-se, geralmente, o contrário, vendo-se na relação de valor apenas a proporção em que se equiparam determinadas quantidades de duas mercadorias diferentes. Esquece-se que duas coisas diferentes só se tornam quantitativamente comparáveis depois de sua conversão a uma mesma coisa. Somente como expressões de uma mesma substância são grandezas homogêneas, por isso, comensuráveis. (17)

Para se afirmar que 20 metros de linho = 1 casaco, ou = 20 ou x casacos, isto é, que uma dada quantidade de linho vale uma quantidade maior ou menor de casacos, para se estabelecer qualquer proporção dessa natureza, é necessário admitir, simultaneamente, que linho e casacos, como grandezas de valor, são expressões de uma mesma coisa, ou coisas da mesma natureza. Linho = casaco é o fundamento da equação.

Mas, as duas mercadorias, equiparadas qualitativamente, não desempenham o mesmo papel. Só é expresso o valor do linho. E como? Através de sua relação com o casaco, por ser este seu equivalente ou com ele permutável. Nessa relação, o casaco representa a forma de existência do valor, é a figura do valor, pois, somente

(17) Os poucos economistas que, como S. Bailey, se ocuparam com a análise da forma do valor, não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro, porque confundem forma do valor e valor; segundo, porque, sob a influência do espírito burguês, prático e imediato, fixam sua atenção, *a priori* e com exclusividade, no aspecto quantitativo da questão. "O poder de dispor da quantidade (...) é o que faz o valor" (*Money and its Vicissitudes*, Londres, 1837, p. 11; autor, S. Bailey).

nessa qualidade, é idêntico ao linho. Por outro lado, o valor próprio do linho se revela ou recebe uma expressão precisa, pois somente como valor pode o linho relacionar-se com o casaco, que lhe antepõe igual valor e é com ele permutável. Um exemplo analógico. O ácido butírico é um corpo diferente do formiato de propilo. Ambos, entretanto, são constituídos das mesmas substâncias químicas, carbono (C), hidrogênio (H) e oxigênio (O), combinadas em proporções iguais, de acordo com a fórmula $C_4H_8O_2$. Igualar ácido butírico e formiato de propilo significa, primeiro, considerar formiato de propilo apenas forma de existência de $C_4H_8O_2$ e, segundo, afirmar que ácido butírico é também composto de $C_4H_8O_2$. Através da equiparação de formiato de propilo com o ácido butírico expressa-se sua igual substância química, deixando-se de lado sua forma física.

Ao dizermos que, como valores, as mercadorias são trabalho humano cristalizado, nossa análise as reduz a uma abstração, a valor, mas não lhes dá forma para esse valor, distinta de sua forma física. A questão muda quando se trata da relação de valor entre duas mercadorias. Aí a condição de valor de uma se revela na própria relação que estabelece com a outra.

Quando o casaco, como figura do valor, é equiparado ao linho, iguala-se o trabalho inserido naquele com o contido neste. Sem dúvida, o trabalho concreto do alfaiate, que faz o casaco, difere do executado pelo tecelão, que faz o linho. Mas, equiparado ao do tecelão, reduz-se o trabalho do alfaiate àquilo que é realmente igual em ambos os trabalhos, sua condição comum de trabalho humano. Por esse meio indireto, diz-se que o trabalho do tecelão, ao tecer valor, não possui nenhuma característica que o diferencie do trabalho do alfaiate, sendo, portanto, trabalho humano abstrato. Só a expressão da equivalência de mercadorias distintas põe à mostra a condição específica do trabalho criador de valor, porque ela realmente reduz à substância comum, a trabalho humano simplesmente, os trabalhos diferentes incorporados em mercadorias diferentes. (17^a)

Não basta, porém, expressar o caráter específico do trabalho que cria o valor do linho. A força humana de trabalho em ação ou o trabalho humano cria valor, mas não é valor. Vem a ser valor, torna-se valor, quando se cristaliza na forma de um objeto. Para expressar o valor do linho como massa de trabalho humano, temos de expressá-lo como algo que tem existência material diversa do próprio linho e, ao mesmo tempo, é comum a ele e a todas as outras mercadorias. Fica assim resolvido nosso problema.

Na relação de valor com o linho, considera-se o casaco, por ser um valor qualitativamente igual ao linho, coisa da mesma natureza. O casaco, nessa relação passa por coisa através da qual se manifesta o valor, ou que representa o valor por meio de sua forma física palpável. O casaco, o corpo dessa mercadoria, é um simples valor-de-uso. O casaco, como qualquer quantidade do melhor linho, tampouco expressa valor. Isto demonstra que o casaco, dentro da sua relação com o linho, significa mais do que fora dela, como certos seres humanos que se tornam mais importantes quando se metem num casaco agalado.

(17^a) Nota da 2^a edição: Um dos primeiros economistas que, depois de William Petty, examinou a natureza do valor, o famoso Benjamin Franklin, diz: "Uma vez que o comércio nada mais é que a permuta de um trabalho por outro, é o trabalho a medida mais adequada para mensurar o valor de todas as coisas" (*The Works of B. Franklin etc.*, org. por Sparks, Boston, 1836, vol. II, p. 267). Ao estimar o valor das coisas pelo trabalho, faltava a Franklin a consciência de estar pondo de lado a multiplicidade dos trabalhos permutados, para reduzi-los a trabalho humano abstrato, igual. Diz, contudo, o que não pode faltar, primeiro, de "um trabalho", depois de "outro trabalho", enfim de "trabalho" sem qualificativos, como substância do valor de todas as coisas.

Na produção do casaco gastou-se, realmente, força de trabalho humano, sob a forma de trabalho do alfaiate. Nele acumulou-se, portanto, trabalho humano. Daí ser ele "depositário de valor", embora não se consiga entrever essa qualidade nem mesmo no mais puído dos casacos. E, na relação de valor com o linho, é considerado apenas sob esse ponto de vista, ou seja, como valor corporificado, como encarnação do valor. O linho reconhece no casaco, mesmo abotoado, a alma igual à sua através do valor. Mas, o casaco não pode representar valor para o linho, sem assumir aos olhos dele a figura de um casaco. Assim, o indivíduo *A* não pode reconhecer em *B* um rei, se aos olhos de *A* a realeza não assume o aspecto corpóreo de *B* — traços fisionômicos, cabelos e outras características, aspecto que muda com o soberano reinante.

Na relação de valor, em que o casaco constitui o equivalente do linho, a figura do casaco é considerada a materialização do valor. O valor da mercadoria linho é expressa pelo corpo da mercadoria casaco, o valor de uma mercadoria pelo valor-de-uso de outra. Como valor-de-uso, o linho revela-se, aos nossos sentidos, coisa diferente do casaco; como valor, é igual ao casaco, passa a ter a feição de um casaco. Assim, recebe o linho uma forma de valor diferente da forma natural que possui. Sua condição de valor aparece ao igualar-se com o casaco, do mesmo modo que a índole de carneiro do cristão se manifesta ao assimilar-se ele ao cordeiro de Deus.

Como se vê, a mesma coisa que nos disse, antes, a análise do valor das mercadorias, diz-nos, agora, o linho, ao entrar em contato com outra mercadoria, o casaco. Transmite seu pensamento numa linguagem peculiar, a das mercadorias. Para revelar que o trabalho humano abstrato cria seu valor, diz que o casaco, ao ser equivalente a ele e, portanto, um valor, é constituído por trabalho idêntico ao que o fez. Para expressar que sua sublime objetivação de valor difere da sua existência material, diz ele que o valor se apresenta sob a figura de um casaco e, por isso, ele mesmo, como valor, iguala-se a um casaco, como se ambos fossem produtos idênticos. Observe-se, de passagem, que, além do hebraico, possui a linguagem das mercadorias muitos outros dialetos, mais ou menos precisos. A palavra alemã "*Wertsein*", por exemplo, ao indicar que *B* é o equivalente de *A*, exprime, de modo menos contundente que os verbos neolatinos *valere*, *valer*, *valoir*, que essa equiparação é a própria expressão do valor de *A*. Paris vale bem uma missa.

Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* torna-se a forma do valor da mercadoria *A*, ou o corpo da mercadoria *B* transforma-se no espelho do valor da mercadoria *A*. (18) Ao relacionar-se com a mercadoria *B* como figura do valor, materialização de trabalho humano, a mercadoria *A* faz do valor-de-uso *B* o material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria *A*, ao ser expresso pelo valor-de-uso da mercadoria *B*, assume a forma relativa.

b) Determinação quantitativa da forma relativa do valor

Para expressar o valor de qualquer mercadoria, aludimos sempre a dada quantidade de objeto útil, 15 toneladas de trigo, 100 quilos de café etc. Essa quan-

(18) O que sucede à mercadoria, ocorre, de certo modo, ao ser humano. O homem se vê e se reconhece primeiro em seu semelhante, a não ser que já venha ao mundo com um espelho na mão ou como um filósofo fichtiano para quem basta o "eu sou eu". Através da relação com o homem Paulo, na condição de seu semelhante, toma o homem Pedro consciência de si mesmo como homem. Passa, então, a considerar Paulo, — com pele, cabelos, em sua materialidade paulina, — a forma em que se manifesta o gênero homem.

tidade dada de mercadoria contém uma quantidade determinada de trabalho humano. A forma do valor tem de exprimir não só valor em geral, mas valor quantitativamente determinado ou magnitude de valor. Na relação de valor da mercadoria *A* com a mercadoria *B*, do linho com o casaco, a mercadoria casaco como encarnação de valor, equipara-se ao linho, não só qualitativamente, mas também em termos quantitativos; a 20 metros de linho iguala-se determinada quantidade do corpo do valor ou do equivalente, 1 casaco.

A equação 20 metros de linho = 1 casaco, ou 20 metros de linho valem 1 casaco, pressupõe que em 1 casaco há substância de valor em porção igual à que existe em 20 metros de linho, que as duas quantidades de mercadorias custam o mesmo trabalho ou igual tempo de trabalho. O tempo de trabalho necessário para a produção de 20 metros de linho ou de 1 casaco se altera com qualquer variação na produtividade dos respectivos trabalhos especializados — o do tecelão e o do alfaiate. É mister, por isso, analisar mais de perto a influência dessa variação sobre a expressão da magnitude do valor.

I — Varia o valor do linho, (19) ficando constante o do casaco. Se se duplicar o tempo de trabalho necessário à produção do linho, em virtude, admitamos, de se terem esgotado, progressivamente, as terras das plantações que fornecem a fibra, o valor do linho duplicar-se-á também. Em vez de 20 metros de linho = 1 casaco, teríamos 20 metros de linho = 2 casacos, uma vez que 1 casaco contém apenas metade do trabalho encerrado em 20 metros de linho. Se, ao contrário, reduzir-se à metade o tempo de trabalho necessário à produção de linho, em consequência, por exemplo, de melhores teares, cairá também à metade o seu valor. Agora, portanto, 20 metros de linho = 1/2 casaco. O valor relativo da mercadoria *A*, isto é, seu valor expresso na mercadoria *B*, aumenta ou diminui na razão direta do valor da mercadoria *A*, desde que permaneça constante o valor da mercadoria *B*.

II — Constante o valor do linho; variável, o do casaco. Dobrando-se, nessas circunstâncias, o tempo de trabalho necessário para a produção do casaco, em virtude, imaginemos, de tosquia desfavorável, teríamos em vez de 20 metros de linho = 1 casaco, 20 metros de linho = 1/2 casaco. Se, ao contrário, o valor do casaco caísse à metade, então, 20 metros de linho = 2 casacos. Permanecendo constante o valor da mercadoria *A*, aumenta ou diminui seu valor relativo, seu valor expresso na mercadoria *B*, na razão inversa da variação do valor de *B*.

Comparando-se os casos compreendidos nos itens I e II, vê-se que a mesma variação de magnitude do valor relativo pode decorrer de causas opostas. Assim, de 20 metros de linho = 1 casaco, origina-se: 1) a equação 20 metros de linho = 2 casacos, ou por ter duplicado o valor do linho ou por ter caído à metade o valor dos casacos; 2) a equação 20 metros de linho = 1/2 casaco, ou por se ter reduzido à metade o valor do linho ou por ter dobrado o valor do casaco.

III — As quantidades de trabalho necessárias para a produção do linho e do casaco variam simultaneamente no mesmo sentido e na mesma proporção. Nessa hipótese, temos, inalteravelmente, 20 metros de linho = 1 casaco, quaisquer que sejam as variações dos valores. Descobre-se a alteração dos seus valores, ao compará-los com uma terceira mercadoria cujo valor tenha permanecido constante. Se

(19) O vocábulo "valor", como já ocorreu algumas vezes atrás, designa aqui valor quantitativamente determinado, isto é, magnitude do valor.

os valores das mercadorias sobem ou descem, ao mesmo tempo e na mesma proporção, permanecerão constantes seus valores relativos. Sua verdadeira variação de valor é inferida de produzir-se, em geral, no mesmo tempo de trabalho, quantidade de mercadorias maior ou menor que antes.

IV — Os tempos de trabalho necessários para produzir, respectivamente, linho e casaco, e portanto seus valores, variam, simultaneamente, na mesma direção, mas em grau diferente, ou em sentidos opostos etc. Para descobrir a influência de todas as combinações possíveis dessas variações sobre o valor relativo de uma mercadoria, basta utilizar as hipóteses compreendidas nos itens I, II e III.

A verdadeira variação da magnitude do valor não se reflete, portanto, clara e completa em sua expressão, isto é, na equação que expressa a magnitude do valor relativo. E o valor relativo de uma mercadoria pode variar, embora seu valor permaneça constante. Seu valor relativo pode permanecer constante, embora seu valor varie e, finalmente, não é mister que sejam coincidentes as variações simultâneas ocorrentes na magnitude do valor e na expressão da magnitude do valor relativo. (20)

3. *A forma de equivalente*

Já vimos que a mercadoria *A* (o linho), ao exprimir seu valor por meio do valor-de-uso de mercadoria diferente, a mercadoria *B* (o casaco), imprime a esta última forma de valor peculiar, a forma de equivalente. O linho revela sua condição de valor, ao igualar-se ao casaco, sem que este adote uma forma de valor diferente de sua forma corpórea. Na realidade, o linho expressa sua própria condição de valor por ser o casaco por ele diretamente permutável. Assim, a mercadoria assume a forma de equivalente, por ser diretamente permutável por outra.

Quando um tipo de mercadoria, casaco, serve de equivalente a outro tipo, linho, ostentando assim a propriedade de ser diretamente permutável pelo linho, não se estabelece, em consequência, a proporção em que serão trocadas. Esta depende, dada a magnitude do valor do linho, da grandeza do valor do casaco. Desempenha o casaco a função de equivalente e o linho, a de valor relativo, ou, ao contrário, o linho, a de equivalente, e o casaco, a de valor relativo — o valor do casaco continua, como dantes, determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, independentemente, portanto, da forma do valor. Mas, quando a

(20) Nota da 2ª edição: Os economistas vulgares exploraram, com a habitual sagacidade, essa discordância entre a magnitude e a expressão relativa do valor. Por exemplo: "Admita que *A* baixa, por subir *B*, com o qual se permuta, embora, na ocasião, não decresça o trabalho empregado em *A*, e sua lei geral do valor cai por terra... Se se admite que, ao subir o valor de *A* em relação ao de *B*, o valor de *B* cai relativamente ao de *A*, fica destruída, pela base, a grande proposição de Ricardo, de ser o valor de uma mercadoria sempre determinado pelo trabalho nela encerrado; pois, se muda o custo de *A* altera não só o próprio valor em relação a *B*, com que se troca, mas também o valor de *B* relativamente ao de *A*, sem ter ocorrido nenhuma variação na quantidade de trabalho para produzir *B*, então desmoronam-se duas doutrinas: a que assevera ser o valor de um artigo regulado pelo trabalho nele contido, e a que afirma ser o valor de um artigo regulado pelo seu custo" (S. Broadhurst, *Political Economy*, Londres, 1842, pp. 11 e 14).

Raciocinando do mesmo modo, poderia o Sr. Broadhurst dizer: Considere as frações 10/20, 10/50, 10/100 etc. O número 10 permanece invariável, mas, apesar disso, decresce sempre sua magnitude proporcional, em relação aos denominadores 20, 50, 100. Logo, desmorona-se o grande princípio de ser a grandeza de um número inteiro como dez, por exemplo, "regulada" pela quantidade de unidades nele contidas.

mercadoria casaco ocupa, na expressão de valor, a posição de equivalente, seu valor não adquire nenhuma expressão quantitativa. Ao contrário, passa a ser a expressão quantitativa não de valor mas de uma coisa.

Por exemplo: 40 metros de linho valem o quê? Dois casacos. Desempenhando o casaco, no caso, o papel de equivalente, sendo o valor-de-uso casaco o corpo do valor do linho, basta determinada quantidade de casacos para expressar determinada quantidade de valor do linho. Dois casacos podem, por isso, expressar a magnitude do valor de 40 metros de linho, mas nunca a magnitude do próprio valor, a magnitude do valor dos dois casacos. A compreensão superficial do fenômeno de o equivalente possuir sempre, na equação do valor, a forma de mera quantidade de uma coisa, de um valor-de-uso, induziu Bailey, além de muitos dos antecessores e sucessores, a ver, na expressão do valor, apenas uma relação quantitativa. Ao contrário, a forma de equivalente não contém nenhuma determinação do valor da mercadoria que a assume.

A primeira peculiaridade que salta aos olhos, ao observar-se a forma de equivalente, é que o valor-de-uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, isto é, do valor.

A forma natural ou física da mercadoria torna-se forma de valor. Mas note-se, essa conversão ocorre com uma mercadoria *B* (casaco, trigo, ferro etc.) no quadro da relação de valor, em que outra mercadoria qualquer (linho etc.) com ela se confronta, e apenas dentro dos limites dessa relação. Uma vez que nenhuma mercadoria se relaciona consigo mesma como equivalente, não podendo transformar seu próprio corpo em expressão de seu próprio valor, tem ela de relacionar-se com outra mercadoria, considerada equivalente, ou seja, fazer da figura física de outra mercadoria sua própria forma de valor.

Podemos ilustrar isso recorrendo a uma medida própria das mercadorias, como realidades materiais, isto é, valores-de-uso. Um tijolo, sendo um corpo, pesa, tem um peso, mas não podemos determinar seu peso, olhando-o ou apalpando-o. Tomamos, para isso, diversos pedaços de ferro, com os pesos previamente fixados. Consideradas em si mesmas, nem a forma corpórea do ferro nem a do tijolo são forma de manifestação do peso. Entretanto, para expressar o peso do tijolo, colocamo-lo em relação de peso com o ferro. Nessa relação, o ferro é considerado um corpo, que representa peso e nada mais. Quantidades de ferro, portanto, servem apenas para medir o peso do tijolo e perante a materialidade deste representam pura encarnação da gravidade, a forma de esta manifestar-se. O ferro só desempenha esse papel no quadro dessa relação, em que o tijolo, ou qualquer outro corpo cujo peso se quer achar, com ele se confronta. Se ambas as coisas não tivessem peso, não poderiam entrar nessa relação, e uma não serviria de expressão do peso da outra. Lancemo-las sobre a balança e veremos que, sob o ângulo exclusivo da gravidade, são a mesma coisa e, por isso, em determinada proporção possuem peso idêntico. Como medida de peso, o ferro, com sua realidade material, representa, perante o tijolo, apenas a gravidade, do mesmo modo que, em nossa expressão de valor, o objeto material casaco representa, perante o linho, apenas valor.

Aí termina, entretanto, a analogia. O ferro representa, na expressão do peso do tijolo, uma propriedade natural comum aos dois corpos, a de terem peso; enquanto o casaco, ao exprimir o valor do linho, representa uma qualidade que não é física, mas puro elemento social: o valor que é comum a ambos.

A forma relativa do valor de uma mercadoria (o linho) expressa seu valor por meio de algo totalmente diverso do seu corpo e de suas propriedades (o casaco); essa expressão está assim indicando que oculta uma relação social. O oposto sucede com a forma de equivalente. Ela consiste justamente em que o objeto material, a mercadoria, como o casaco, no seu estado concreto, expressa valor, possuindo de modo natural, portanto, forma de valor. Isto só vigora na relação de valor em que a mercadoria casaco ocupa a posição de equivalente em face da mercadoria linho.⁽²¹⁾ Ora, as propriedades de uma coisa não se originam de suas relações com outras, mas antes se patenteiam nessas relações; por isso, parece que o casaco tem, por natureza, a forma de equivalente, do mesmo modo que possui a propriedade de ter peso ou de conservar calor. Daí o caráter enigmático da forma de equivalente, o qual só desperta a atenção do economista político, deformado pela visão burguesa, depois que essa forma surge, acabada, como dinheiro, empenha-se, então, em explicações, para dissolver o misticismo que envolve o ouro e a prata, acrescentando-lhes mercadorias menos esplêndidas e sempre recitando, monótona e prazerosamente, o catálogo das mercadorias vulgares, que, noutros tempos, desempenharam o papel de equivalente das demais. Não suspeita que a mais simples expressão de valor, como 20 metros de linho = 1 casaco, já requer a solução do enigma da forma de equivalente.

O corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato. Considera-se o casaco, por exemplo, simples corporificação do trabalho humano abstrato, e o trabalho do alfaiate, nele realmente aplicado, apenas a forma em que se realizou o trabalho humano abstrato. Na expressão de valor do linho, a utilidade do trabalho do alfaiate não consiste em que ele faça um casaco, hábitos ou até monges, mas em que produza um corpo que denota valor, massa de trabalho, portanto, que absolutamente não se distingue do trabalho objetivado no valor do linho. Para ser esse espelho de valor, o trabalho do alfaiate tem de refletir, apenas, a propriedade abstrata de ser trabalho humano.

Depende-se trabalho humano tanto na forma do trabalho do alfaiate quanto na do trabalho do tecelão. Ambos possuem a propriedade comum de serem trabalho humano e, por isso, podem ser considerados sob esse ponto de vista apenas, em certos casos, quando se trata, por exemplo, da produção de valor. Nada disso é misterioso. Mas, na expressão de valor da mercadoria, a coisa fica invertida. Conforme sabemos, o trabalho do tecelão produz, na sua qualidade comum de trabalho humano e não na sua forma concreta, o valor do linho. Para exprimir isso, é ele confrontado com o trabalho do alfaiate, o trabalho concreto que cria o equivalente ao linho, como forma palpável, materializada de trabalho humano abstrato.

É, portanto, uma segunda propriedade da forma equivalente, trabalho concreto tornar-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato.

Considerando-se esse trabalho concreto do alfaiate simples expressão de trabalho humano em geral, passa a identificar-se em outro trabalho, com o incor-

(21) É curioso o que sucede com essas conceituações reflexas. Um homem, por exemplo, é rei porque outros com ele se comportam como súditos. Esses outros acreditam que são súditos, porque ele é rei.

porado no linho. Em consequência, não obstante seja trabalho privado, como qualquer outro que produz mercadorias, é também trabalho em forma diretamente social. Justamente, por isso, está representado num produto diretamente permutável por outra mercadoria. É, portanto, uma terceira propriedade da forma equivalente, tornar-se o trabalho privado a forma do seu contrário, trabalho em forma diretamente social.

As duas últimas propriedades da forma de equivalente ficam ainda mais compreensíveis, se voltarmos ao grande pesquisador que primeiro analisou a forma do valor, além de muitas formas do pensamento, da sociedade e da natureza: Aristóteles.

De início, exprime ele, claramente, que a forma dinheiro da mercadoria é apenas a figura ulteriormente desenvolvida da forma simples do valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em outra qualquer, dizendo:

“5 camas = 1 casa” “não se distingue” de “5 camas = tanto de dinheiro”.

Reconheceu ele, ainda, que a relação de valor, existente nessa expressão, determina que a casa seja qualitativamente igualada à cama e que sem essa equalização, não poderiam coisas de aparência tão diversa ser comparadas como grandezas comensuráveis. “A troca”, diz ele, “não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade”. Estaca nesse ponto, desistindo de prosseguir na análise da forma do valor. “É, porém, verdadeiramente impossível que coisas tão diversas sejam comensuráveis”, isto é, qualitativamente iguais. Essa equalização tem de ser algo estranho à verdadeira natureza das coisas, portanto, um simples “expediente para atender às necessidades práticas”.

O próprio Aristóteles nos diz, assim, o que lhe impede prosseguir na análise: a ausência do conceito de valor. Que é o igual, a substância comum que a casa representa perante a cama na expressão do valor da cama? Tal coisa “não pode, em verdade, existir”, diz Aristóteles. Por quê? A casa representa perante a cama uma coisa que a iguala à cama, desde que represente o que é realmente igual em ambas. O trabalho humano.

Aristóteles, porém, não podia descobrir, partindo da forma do valor, que todos os trabalhos são expressos, na forma dos valores das mercadorias, como um só e mesmo trabalho humano, como trabalho de igual qualidade. É que a sociedade grega repousava sobre a escravatura, tendo, por fundamento, a desigualdade dos homens e de suas forças de trabalho. Ao adquirir a idéia da igualdade humana a consistência de uma convicção popular, é que se pode decifrar o segredo da expressão do valor, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos, por que são e enquanto são trabalho humano em geral. E mais, essa descoberta só é possível numa sociedade em que a forma mercadoria é a forma geral do produto do trabalho, e, em consequência, a relação dos homens entre si como possuidores de mercadorias é a relação social dominante. O gênio de Aristóteles resplandece justamente na sua descoberta da relação de igualdade, existente na expressão do valor das mercadorias. Somente as limitações históricas da sociedade em que viveu impediram-no de descobrir em que consistia, “verdadeiramente”, essa relação de igualdade.

4. A forma simples do valor, em seu conjunto

A forma simples do valor de uma mercadoria se contém em sua relação de valor ou de troca com outra mercadoria diferente. O valor da mercadoria *A* ex-

pressa-se qualitativamente por meio da permutabilidade direta da mercadoria *B* com a mercadoria *A*. É expresso quantitativamente através da permutabilidade de determinada quantidade de mercadoria *B* com quantidade dada da mercadoria *A*. Em outras palavras, o valor de uma mercadoria assume expressão fora dela, ao manifestar-se como valor-de-troca. De acordo com hábito consagrado, se disse, no começo deste capítulo, que a mercadoria é valor-de-uso e valor-de-troca. Mas, isto, a rigor, não é verdadeiro. A mercadoria é valor-de-uso ou objeto útil e “valor”. Ela revela seu duplo caráter, o que ela é realmente, quando, como valor, dispõe de uma forma de manifestação própria, diferente da forma natural dela, a forma de valor-de-troca; e ela nunca possui essa forma, isoladamente considerada, mas apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria diferente. Sabido isto, não causa prejuízo aquela maneira de exprimir-se, servindo, antes, para poupar tempo.

Nossa análise demonstrou que a forma ou a expressão do valor da mercadoria decorre da natureza do valor da mercadoria, não sendo verdade que o valor e sua magnitude se originem da expressão do valor da mercadoria, do valor-de-troca. Apegaram-se, entretanto, a essa quimera os mercantilistas, seus discípulos modernos, como Ferrier, Ganilh etc., (22) e os antípodas, os modernos caixeiros-viajantes do livre-cambismo, como Bastiat e quejandos. Os mercantilistas põem em relevo o aspecto qualitativo da expressão do valor, a forma de equivalente assumida pela mercadoria, forma que encontra no dinheiro sua configuração definitiva; os modernos mascates do livre-cambismo, ao contrário, tendo de livrar-se de sua mercadoria a qualquer preço, ressaltam o aspecto quantitativo da forma do valor relativo. Em consequência, para eles, só existem valor e sua magnitude na expressão que adquirem por meio da relação de troca, ou seja, nas cotações dos boletins diários de preços. O escocês Macleod, em sua missão de ordenar e adornar, com a maior erudição possível, as confusas idéias de Lombard Street, (1) consegue realizar uma miscigenação entre os supersticiosos mercantilistas e os mascates iluminados do livre-cambismo.

Examinando, mais de perto, a expressão do valor da mercadoria *A*, contida na sua relação de valor com a mercadoria *B*, vimos que, dentro do seu domínio, se considera a forma natural da mercadoria *A* figura de valor-de-uso, e a forma natural da mercadoria *B* apenas forma de valor. A contradição interna, oculta na mercadoria, entre valor-de-uso e valor, patenteia-se, portanto, por meio de uma oposição externa, isto é, através da relação de duas mercadorias, em que uma, aquela cujo valor tem de ser expresso, figura apenas como valor-de-uso, e a outra, aquela na qual o valor é expresso, é considerada mero valor-de-troca. A forma simples do valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma elementar de manifestar-se a oposição nela existente, entre valor-de-uso e valor.

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas, só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva”, inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a forma simples de valor da mercadoria é

(22) Nota da 2ª edição: F. L. A. Ferrier, subinspetor da alfândega, *Du Gouvernement considéré dans ses rapports avec le commerce*, Paris, 1805, e Charles Ganilh, *Des systèmes d'économie politique*, 2ª ed., Paris, 1821.

(1) A rua dos grandes banqueiros de Londres.

também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma do valor.

Percebe-se, à primeira vista, a insuficiência da forma simples do valor, forma embrionária que atravessa uma série de metamorfoses para chegar à forma preço.

A expressão do valor da mercadoria *A* através de uma mercadoria *B* qualquer, serve apenas para distinguir o valor de *A* do seu próprio valor-de-uso, colocando *A* em relação de troca exclusiva com outra mercadoria particular qualquer dele diferente; não traduz sua igualdade qualitativa e proporcionalidade quantitativa com todas as outras mercadorias. A forma relativa simples do valor de uma mercadoria corresponde a forma de equivalente singular de outra. Assim, o casaco, na expressão do valor relativo do linho, possui forma de equivalente ou forma de permutabilidade direta apenas em relação a esse único tipo de mercadoria, o linho.

Todavia, a forma simples do valor converte-se, por si mesma, numa forma mais completa. Na verdade, ela expressa o valor de uma mercadoria *A* apenas numa mercadoria de outra espécie. Pouco importa qual seja a espécie dessa segunda mercadoria, se casaco, ferro, ou trigo etc. A medida que estabelece relação de valor com esta ou aquela espécie de mercadoria, *A* adquire diversas expressões simples de valor. (22^a) O número das possíveis expressões de valor dessa única mercadoria só é limitado pelo número das mercadorias que lhe são diferentes. Sua expressão singular de valor converte-se numa série de expressões simples de valor, sempre ampliável.

B) FORMA TOTAL OU EXTENSIVA DO VALOR

z da mercadoria *A* = *u* da mercadoria *B*, ou = *v* da mercadoria *C*, ou = *w* da mercadoria *D*, ou = *x* da mercadoria *E*, ou = etc.

(20 metros de linho = 1 casaco, ou = 10 quilos de chá, ou = 40 quilos de café, ou = 1 *quarter* de trigo, ou = 2 onças de ouro, ou = 1/2 tonelada de ferro, ou = etc.).

1. Forma extensiva do valor relativo

O valor de uma mercadoria, do linho, por exemplo, está agora expresso em inúmeros outros elementos do mundo das mercadorias. O corpo de qualquer outra mercadoria torna-se o espelho onde se reflete o valor do linho. (23) Desse modo, esse

(22^a) Nota da 2.^a Edição: Homero, por exemplo, expressa o valor de uma coisa numa série de coisas diferentes.

(23) Por isso, fala-se do valor do linho em casaco, quando se quer exprimi-lo em casaco, ou do seu valor em trigo, quando se quer exprimi-lo em trigo etc. Cada expressão dessas diz que seu valor é o que se manifesta nos valores-de-uso casaco, trigo etc. "Denotando o valor de cada mercadoria sua relação de troca, podemos chamá-lo de valor em trigo, valor em pano, de acordo com a mercadoria com que se compara, e, por isso, há milhares de espécies diferentes de valor, tantas quantas as mercadorias existentes, e todas essas espécies são igualmente reais e igualmente nominais" (*A Critical Dissertation on the Nature, Measures, and Causes of Value; Chiefly in Reference to the Writings of Mr. Ricardo and his Followers, by de Author of Essays on the Formation etc. of Opinions*, Londres, 1825, p. 39). S. Bailey, o autor dessa obra anônima que, a seu tempo, levantou muita celeuma na Inglaterra, imaginava, ao apontar as variegadas expressões do valor relativo da mesma mercadoria, ter provado a impossibilidade de qualquer determinação do conceito de valor. A acrimônia com que o atacou a escola ricardiana, na *Westminster Review*, por exemplo, demonstra que ele, apesar das suas limitações, tocou em pontos vulneráveis da teoria de Ricardo.

valor, pela primeira vez, se revela efetivamente massa de trabalho humano homogêneo. O trabalho que o cria se revela expressamente igual a qualquer outro. Por isso, não importa a forma corpórea assumida pelos trabalhos, seja ela qual for, casaco, trigo, ferro, ou ouro etc. Através da forma extensiva em que manifesta seu valor, está o linho, agora, em relação social não só com uma mercadoria isolada de espécie diferente, mas também com todo o mundo das mercadorias. Como mercadoria, é cidadão do mundo. Ao mesmo tempo, da série infindável das expressões da forma extensiva se infere que ao valor não importa a forma específica do valor-de-uso em que se manifesta.

Na primeira forma, 20 metros de linho = 1 casaco, poderia ser fortuito o fato de essas duas mercadorias serem permutáveis em determinada relação quantitativa. Na segunda, se percebe imediatamente um fundo que essencialmente difere dessa ocorrência casual, determinando-a. Continua o mesmo o valor do linho, seja ele expresso em casaco, em café ou ferro etc., não importando o número das diferentes mercadorias nem o de seus donos. Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca.

2. A forma de equivalente particular

Cada mercadoria, casaco, chá, trigo, ferro etc., é considerada equivalente na expressão do valor do linho e, portanto, encarnação de valor. A forma natural de cada uma dessas mercadorias é uma forma de equivalente particular junto a muitas outras. Do mesmo modo, as variadas, determinadas, concretas e úteis espécies de trabalho, contidas nos corpos das diferentes mercadorias, consideram-se, agora, formas particulares de efetivação ou de manifestação do trabalho humano em geral.

3. Defeitos da forma total ou extensiva do valor

Primeiro, a expressão do valor fica incompleta, por nunca terminar a série que a representa. A cadeia em que uma equiparação se liga a outra distende-se sempre com cada nova espécie de mercadoria que surge, fornecendo material para nova expressão do valor. Segundo, é um mosaico multifário de expressões de valor, díspares, desconexas. Se, por fim, se expressasse o valor relativo de toda mercadoria, nessa forma extensiva, a forma relativa de valor de cada mercadoria seria uma série infindável de expressões de valor, ao lado das formas relativas de valor de cada uma das demais mercadorias. Os defeitos da forma extensiva do valor relativo refletem-se na forma de equivalente que lhe corresponde. Uma vez que a forma natural de cada tipo de mercadoria é uma forma de equivalente particular, ao lado de inumeráveis outras, só existem, no final de contas, formas de equivalente limitadas, cada uma excluindo as demais. Do mesmo modo, a espécie determinada de trabalho concreto, útil, contido em cada mercadoria equivalente particular, é apenas forma particularizada de manifestação do trabalho humano, incompleta, portanto. Este possui, na verdade, sua forma completa ou total de manifestação no circuito inteiro daquelas formas particulares. Mas, falta uma forma unitária de manifestação do trabalho humano.

A forma extensiva do valor relativo consiste numa soma de expressões ou equações da primeira forma como:

$$\begin{aligned} 20 \text{ metros de linho} &= 1 \text{ casaco} \\ 20 \text{ metros de linho} &= 10 \text{ quilos de chá, etc.} \end{aligned}$$

Cada uma dessas equações contém, reciprocamente, a equação idêntica:

$$\begin{aligned} 1 \text{ casaco} &= 20 \text{ metros de linho} \\ 10 \text{ quilos de chá} &= 20 \text{ metros de linho, etc.} \end{aligned}$$

Quando um produtor troca seu linho com muitas outras mercadorias, expressando seu valor numa série de outras mercadorias, é porque muitos outros donos de mercadorias trocam sua mercadoria por linho e, em consequência, traduzem os valores de suas diversas mercadorias em linho. Se invertermos, portanto, a série, 20 metros de linho = 1 casaco, ou = 10 quilos de chá, ou = etc., isto é, se exprimirmos a forma recíproca já implicitamente contida na série, temos:

C) FORMA GERAL DO VALOR

$$\left. \begin{array}{l} 1 \text{ casaco} \\ 10 \text{ quilos de chá} \\ 40 \text{ quilos de café} \\ 1 \text{ quarter de trigo} \\ 2 \text{ onças de ouro} \\ 1/2 \text{ tonelada de ferro} \\ x \text{ de mercadoria A} \\ \text{etc.} \end{array} \right\} = 20 \text{ metros de linho}$$

1. Mudança do caráter da forma do valor

As mercadorias expressam, agora, seus valores: 1) de maneira simples, isto é, numa única mercadoria, e 2) de igual modo, isto é, na mesma mercadoria. É uma forma de valor simples, comum a todas as mercadorias, portanto geral.

As formas *A* e *B* chegaram apenas a expressar o valor de uma mercadoria como algo diverso do próprio valor-de-uso ou do seu corpo.

A forma *A* proporciona equações como: 1 casaco = 20 metros de linho, 10 quilos de chá = 1/2 tonelada de ferro etc. O valor do casaco, na expressão, é igual ao linho; o do chá, igual ao ferro. Mas, igual ao linho e igual ao ferro, expressões do valor do casaco e do chá, são tão diferentes quanto linho e ferro. É claro que essa forma só funciona praticamente em estágios primitivos, quando os produtos do trabalho se transformam em mercadorias através da troca fortuita, ocasional.

A forma *B* distingue o valor de uma mercadoria do próprio valor-de-uso, de maneira mais completa que a primeira. Com efeito, o valor do casaco revela-se em todas as formas possíveis, iguala-se ao linho, ao ferro, a chá, enfim, a toda mercadoria menos a casaco. Além disso, fica diretamente excluída toda forma comum de valor das mercadorias, pois, na expressão de valor de cada mercadoria, todas as demais mercadorias aparecem apenas sob a forma de equivalente. A forma extensiva do valor só ocorre realmente quando um produto de trabalho, gado, por

exemplo, é trocado por outras mercadorias diferentes, não excepcionalmente, mas já em caráter habitual.

A forma que aparece depois, *C*, expressa os valores do mundo das mercadorias numa única e mesma mercadoria, adrede separada, por exemplo, o linho, e representa os valores de todas as mercadorias através de sua igualdade com o linho. Então, o valor de cada mercadoria, igualado a linho, se distingue não só do valor-de-uso dela mas de qualquer valor-de-uso, e justamente por isso se exprime de maneira comum a todas as mercadorias. Daí ser esta a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, valores-de-troca.

As duas formas anteriores expressam o valor de cada mercadoria isolada, seja numa única mercadoria de espécie diversa, seja numa série de mercadorias diferentes. Em ambos os casos, assumir uma forma de valor é, por assim dizer, negócio privado de cada mercadoria, onde não há participação das outras, que desempenham, em confronto com ela, o papel meramente passivo de equivalente. A forma geral do valor, ao contrário, surge como obra comum do mundo das mercadorias. O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral, porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda nova espécie de mercadoria tem de fazer o mesmo. Evidencia-se, desse modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a "existência social" delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida.

Igualadas, agora, ao linho, todas as mercadorias revelam-se não só qualitativamente iguais, como valores, mas também quantitativamente comparáveis, como magnitudes de valor. Espelhando-se num mesmo e único material, em linho, essas magnitudes, por seu lado, se medem mutuamente. Por exemplo, 10 quilos de chá = 20 metros de linho, e 40 quilos de café = 20 metros de linho. Logo, 10 quilos de chá = 40 quilos de café. Ou 1 quilo de café contém 1/4 da substância do valor, o trabalho, contida em 1 quilo de chá.

A forma geral do valor relativo do mundo das mercadorias imprime à mercadoria eleita equivalente, o linho, o caráter de equivalente geral. Sua própria forma natural é a figura comum do valor desse mundo, sendo, por isso, o linho diretamente permutável por todas as outras mercadorias. Considera-se sua forma corpórea a encarnação visível, a imagem comum, social, de todo trabalho humano. O trabalho têxtil, o trabalho privado que produz linho, ostenta, simultaneamente, forma social, a forma de igualdade com todos os outros trabalhos. As inumeráveis equações em que consiste a forma geral de valor, equiparam, sucessivamente, ao trabalho contido no linho qualquer trabalho encerrado em outra mercadoria e convertem, portanto, esse trabalho têxtil em forma geral de manifestação do trabalho humano sem mais qualificações. Assim, o trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só sob o aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais; ressalta-se, agora, sua própria natureza positiva. Ele é, agora, a redução de todos os trabalhos reais à sua condição comum de trabalho humano, de dispêndio de força humana de trabalho.

A forma geral do valor, que torna os produtos do trabalho mera massa de trabalho humano sem diferenciações, mostra, através de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, evidencia que o

pouco, passou a desempenhar em círculos mais ou menos vastos o papel de equivalente geral. Ao conquistar o monopólio desse papel de expressar o valor do mundo das mercadorias, torna-se mercadoria-dinheiro, e só a partir do momento em que se converteu em mercadoria-dinheiro, distingue-se a forma *D* da forma *C*, ou a forma geral do valor transforma-se em forma dinheiro do valor.

A expressão simples e relativa do valor de uma mercadoria, por exemplo, o linho, através de uma mercadoria que já esteja exercendo a função de mercadoria-dinheiro, por exemplo, o ouro, é a forma preço. Daí a forma preço do linho:

20 metros de linho = 2 onças de ouro ou, se, em linguagem monetária, 2 libras esterlinas for o nome de 2 onças de ouro,

20 metros de linho = 2 libras esterlinas.

O difícil, para se conceituar a forma dinheiro, é compreender a forma de equivalente geral e, em consequência, a forma geral do valor, a forma *C*. A forma *C* deriva da forma *B*, a forma extensiva, e o elemento constitutivo desta é a forma *A*: 20 metros de tela de linho = 1 casaco ou *x* da mercadoria *A* = *y* da mercadoria *B*. Assim, a forma-mercadoria, isto é, a mercadoria equivalente da forma simples do valor, é o germe da forma dinheiro.

4. O fetichismo da mercadoria: seu segredo

A primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível. Analisando-a, vê-se que ela é algo muito estranho, cheia de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Como valor-de-uso, nada há de misterioso nela, quer a observemos sob o aspecto de que se destina a satisfazer necessidades humanas, com suas propriedades, quer sob o ângulo de que só adquire essas propriedades em consequência do trabalho humano. É evidente que o ser humano, por sua atividade, modifica do modo que lhe é útil a forma dos elementos naturais. Modifica, por exemplo, a forma da madeira, quando dela faz uma mesa. Não obstante a mesa ainda é madeira, coisa prosaica, material. Mas, logo que se revela mercadoria, transforma-se em algo ao mesmo tempo perceptível e impalpável. Além de estar com os pés no chão, firma sua posição perante as outras mercadorias e expande as idéias fixas de sua cabeça de madeira, fenômeno mais fantástico do que se dançasse por iniciativa própria. (25)

O caráter misterioso da mercadoria não provém do seu valor-de-uso, nem tampouco dos fatores determinantes do valor. E, para isso, há motivos. Primeiro, por mais que difiram os trabalhos úteis ou as atividades produtivas, a verdade fisiológica é que são funções do organismo humano, e cada uma dessas funções, não importa a forma ou o conteúdo, é essencialmente dispêndio do cérebro, dos nervos, músculos, sentidos etc. do homem. Segundo, quanto ao fator que determina a magnitude do valor, isto é, a duração daquele dispêndio ou a quantidade do trabalho, é possível distinguir claramente a quantidade da qualidade do trabalho. O tempo de trabalho que custa produzir os meios de subsistência interessou, necessariamente, aos homens, em todas as épocas embora em grau variável

(25) Quando o mundo parecia estar tranqüilo, recorde-se, a China e as mesas começaram a bailar, *pour encourager les autres*.

com o estágio do desenvolvimento. (26) Por fim, desde que os homens, não importa o modo, trabalhem uns para os outros, adquire o trabalho uma forma social.

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social dos seus trabalhos, assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. A impressão luminosa de uma coisa sobre o nervo óptico não se apresenta como sensação subjetiva desse nervo, mas como forma sensível de uma coisa existente fora do órgão da visão. Mas, aí, a luz se projeta realmente de uma coisa, o objeto externo, para outra, o olho. Há uma relação física entre coisas físicas. Mas, a forma mercadoria e a relação de valor entre os produtos do trabalho, a qual caracteriza essa forma, nada têm a ver com a natureza física desses produtos nem com as relações materiais dela decorrentes. Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias.

Esse fetichismo do mundo das mercadorias decorre conforme demonstra a análise precedente, do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias.

Objetos úteis se tornam mercadorias, por serem simplesmente produtos de trabalhos privados, independentes uns dos outros. O conjunto desses trabalhos particulares forma a totalidade do trabalho social. Processando-se os contatos sociais entre os produtores, por intermédio da troca de seus produtos de trabalho, só dentro desse intercâmbio se patenteiam as características especificamente

(26) Nota da 2ª edição: Entre os antigos germanos, a unidade para medir a terra era a área que podia ser lavrada num dia, e, por isso, davam-lhe o nome de *Tagwerk* (I) ou *Tagwanne* (junale ou *jurnalis*, terra *jurnalis*, *jornalis* ou *diurnalis*), *Mannwerk*, *Mannskraft*, *Mannsmaat*, *Mannshauet*. Vide Georg Ludwig von Maurer, *Einleitung zur Geschichte der Mark* —, Hof, —, usw., *Verfassung*, Munique, 1854, pp. 129 e seguintes.

(I) O *Tagwerk*, medida agrária antiquada, varia, conforme usos regionais, de 25 a 35 ares aproximadamente. Em português, temos a palavra *jeira*, com os seguintes sentidos arcaicos: área que podia ser lavrada por uma junta de bois num dia; antiga medida agrária que variava, conforme o lugar, de 19 a 36 hectares; serviço de lavoura obrigatório e gratuito. Outros significados: serviço de um jornaleiro em cada dia; salário por dia de serviço.

caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho.

2. Desenvolvimento mútuo da forma relativa do valor e da forma de equivalente

A forma de equivalente desenvolve-se em correspondência com o grau de progresso da forma relativa do valor. Mas, note-se, o desenvolvimento da primeira é apenas expressão e resultado do desenvolvimento da segunda.

A forma relativa do valor, simples ou isolada, de uma mercadoria torna a outra equivalente singular. A forma extensiva do valor relativo exprime o valor de uma mercadoria em todas as outras que recebem a forma de equivalentes particulares diferentes. Por fim, uma espécie particular de mercadoria adquire a forma de equivalente geral, em virtude de todas as outras mercadorias converterem-na em material da forma única e geral de valor que consagraram.

A oposição entre ambos os pólos, a forma relativa do valor e a forma equivalente, progride à medida que se desenvolve a forma do valor.

Já contém essa oposição, a primeira forma, 20 metros de linho = 1 casaco, sem, contudo, fixá-la. Lendo-se a equação da esquerda para a direita, ou da direita para a esquerda, cada um dos dois membros, linho e casaco, ora se põe na forma relativa do valor, ora na forma equivalente. É difícil, no caso, capturar a oposição entre os dois pólos.

Na forma *B*, uma mercadoria de cada vez tem a possibilidade de estender totalmente sua forma relativa, ou possui ela mesma forma extensiva do valor relativo porque e enquanto com ela se confrontam todas as outras mercadorias, como equivalentes. Aí, não se pode mais trocar os dois lados da equação, como 20 metros de linho = 1 casaco, ou = 10 quilos de chá, ou = 1 quarter de trigo etc., sem modificar todo o seu caráter e sem converter a forma extensiva do valor em forma geral.

A forma *C*, posterior, proporciona, por fim, ao mundo das mercadorias forma relativa generalizada e social do valor, por estarem e enquanto estiverem excluídas todas as mercadorias, com exceção de uma única, da forma equivalente geral. Uma mercadoria, o linho, assume, por isso, a forma de permutabilidade direta com todas as outras mercadorias, ou se reveste de forma diretamente social, por não estarem e enquanto não estiverem nessa forma as demais. (24)

Reciprocamente, a mercadoria que figura como equivalente geral fica excluída da forma relativa do valor unitário e, portanto, geral do mundo das mer-

(24) Na verdade, a forma de permutabilidade direta e geral não evidencia desde logo que é uma forma antitética de mercadoria, ao mesmo tempo inseparável da forma de permutabilidade indireta e que se comporta, portanto, em relação a esta como o pólo positivo em relação ao pólo negativo do linho. Supor que se possa imprimir a toda mercadoria a condição de permutabilidade direta, seria o mesmo que imaginar a possibilidade de converter todos os católicos em papa. Para o burguês tacanho, que se na produção de mercadorias o ponto culminante da liberdade humana e da independência individual, o ideal seria que todas as mercadorias fossem diretamente permutáveis. Reproduz essa utopia filistina o sistema de Proudhon, um socialismo que, conforme já mostrei, nem o mérito da originalidade possui. Antes dele, Gray, Bray e outros tinham levado a cabo a mesma tarefa, com melhores resultados. O que não impede à escola proudhoniana de grassar, hoje em dia, em certos círculos, com o nome de ciência. Nunca uma escola usou e abusou tanto da palavra ciência, e sabemos que "onde faltam idéias encalça-se, em tempo hábil, uma palavra".

cadorias. O linho, isto é, qualquer mercadoria que se encontre em forma de equivalente geral, para participar, ao mesmo tempo, da forma geral do valor relativo, terá de converter-se em equivalente de si mesmo. Teremos, então: 20 metros de linho = 20 metros de linho, uma tautologia que não exprime nem valor, nem magnitude de valor. Para expressar o valor relativo do equivalente geral, temos de inverter a forma *C*. Ele não possui nenhuma forma em comum com as outras mercadorias, mas se expressa na série infinita de todas as outras mercadorias. Desse modo, a forma extensiva do valor relativo, a *B*, revela-se a forma específica do valor relativo da mercadoria que serve de equivalente geral.

3. Transição da forma geral do valor para a forma dinheiro

A forma equivalente geral é, em suma, forma de valor. Pode, portanto, ocorrer a qualquer mercadoria. Por outro lado, uma mercadoria só assume forma equivalente geral (forma *C*) por estar e enquanto estiver destacada como equivalente por todas as outras mercadorias. E só a partir do momento em que esse destaque se limita, terminantemente, a uma determinada mercadoria, adquire a forma unitária do valor relativo do mundo das mercadorias consistência objetiva e validade social universal.

Então, mercadoria determinada, com cuja forma natural se identifica socialmente a forma equivalente, torna-se mercadoria-dinheiro, funciona como dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal torna-se sua função social específica, seu monopólio social, no mundo das mercadorias. Determinada mercadoria, o ouro, conquista essa posição privilegiada entre as mercadorias que figuram na forma *B*, como equivalentes singulares, e, na forma *C*, expressam, em comum, no linho seu valor relativo. Substituindo, na forma *C*, o linho pela mercadoria ouro, temos:

(I) FORMA DINHEIRO DO VALOR

20 metros de linho	=	} 2 onças de ouro
1 casaco	=	
10 quilos de chá	=	
40 quilos de café	=	
1 quarter de trigo	=	
1/2 tonelada de ferro	=	
x de mercadoria A	=	

Ocorrem modificações substanciais na transição da forma *A* para a *B* e da *B* para a *C*. Em compensação, a forma *D* só difere da *C*, por possuir o ouro, em vez do linho, a forma equivalente geral. O ouro é na fórmula *D* o que era o linho na *C*, equivalente geral. O progresso consiste em se ter identificado, agora, definitivamente, a forma de direta permutabilidade geral ou forma de equivalente geral com a forma específica da mercadoria ouro, por força de hábito social.

O ouro se confronta com outras mercadorias, exercendo a função de dinheiro, apenas por se ter, antes, a elas anteposto na condição de mercadoria. Igual a outras mercadorias, funcionou também como equivalente singular em operações boladas de troca, ou equivalente particular junto a outros equivalentes. Pouco a

sociais de seus trabalhos privados. Em outras palavras, os trabalhos privados atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos.

Só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Esta cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que espontaneamente se desenvolve. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores, na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara. A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato. O produtor particular apreende esse duplo caráter social dos trabalhos particulares, apenas sob os aspectos que se manifestam, praticamente, no intercâmbio, na troca dos produtos. Assim, percebe o caráter socialmente útil de seus trabalhos particulares sob o aspecto de o produto do trabalho ter de ser útil, e útil aos outros, e o caráter social da igualdade dos diferentes trabalhos apresenta-se a ele sob o aspecto da igualdade de valor que se estabelece entre essas coisas materialmente diversas, os produtos do trabalho.

Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores, por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto, sem o saber.(27) O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o significado do hieróglifo, descobrir o segredo de sua própria criação social, pois a conversão dos objetos úteis em valores é, como a linguagem, um produto social dos homens. A descoberta científica ulterior de os produtos do trabalho, como valores, serem meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção é importante na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa de nenhum modo a fantasmagoria que apresenta como qualidade material dos produtos, o caráter social do trabalho. O que é verdadeiro apenas para essa determinada for-

(27) Nota da 2ª edição: Galiani, por isso, depois de dizer que o valor é uma relação entre pessoas, — “La Richezza é una ragione tra due persone” — deveria ter acrescentado: oculta sob um invólucro material. (Galiani, *Della moneta*, p. 221, t. III, coleção “Scrittori Classici Italiani di Economia Política”, parte moderna, Milão, 1803.)

ma de produção, a produção de mercadorias, — a saber, que o caráter social específico dos trabalhos particulares, independentes entre si, consiste na identidade deles como trabalho humano e assume nos produtos a forma de valor, — parece aos produtores de mercadorias tão natural e definitivo, apesar daquela descoberta, quanto o ar que continuou a existir tal como era antes após a ciência tê-lo decomposto em seus elementos.

O que, na prática, interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua, em que proporções, portanto, os produtos se trocam. Na medida em que o costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho, e passa-se a considerar, por exemplo, que 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro têm igual valor do mesmo modo que 1 quilo de ouro e 1 quilo de ferro têm igual peso, apesar das diferentes propriedades físicas e químicas. Na realidade, a condição de ter valor só se fixa nos produtos do trabalho quando eles se determinam como quantidades de valor. Estas variam sempre, independentes da vontade, da previsão e dos atos dos participantes da troca. Para estes, a própria atividade social possui a forma de uma atividade das coisas sob cujo controle se encontram, ao invés de as controlarem. É mister haver produção de mercadorias plenamente desenvolvida, antes de a experiência dar origem a esse conhecimento científico: os trabalhos particulares realizados independentemente uns dos outros, mas interdependentes, em todos os sentidos, como parcelas naturalmente integrantes da divisão social do trabalho, são, de modo contínuo, ajustados às proporções requeridas pela sociedade. E que nas eventuais e flutuantes proporções de troca dos produtos desses trabalhos particulares impõe-se o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, que é a lei natural reguladora, que não leva em conta pessoas, como a lei da gravidade, por exemplo, quando uma casa de desmorona.(28) A determinação da quantidade do valor pelo tempo do trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias. Sua descoberta destrói a aparência de casualidade que reveste a determinação das quantidades de valor dos produtos do trabalho, mas não suprime a forma material dessa determinação.

Refletir sobre as formas da vida humana e analisá-las cientificamente é seguir rota oposta à do seu verdadeiro desenvolvimento histórico. Começa-se depois do fato consumado, quando estão concluídos os resultados do processo de desenvolvimento. As formas que convertem os produtos do trabalho em mercadorias, constituindo pressupostos da circulação das mercadorias, já possuem a consistência de formas naturais da vida social, antes de os homens se empenharem em apreender não o caráter histórico dessas formas, que eles, ao contrário, consideram imutáveis, mas seu significado. Assim, só a análise dos preços das mercadorias levava à determinação da magnitude do valor, só a expressão comum, em dinheiro, das mercadorias induzia a estabelecer-se sua condição de valor. É porém essa forma acabada do mundo das mercadorias, a forma dinheiro, que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em conseqüência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência. Quando afirmo que casaco, botas etc. estabelecem relações com o linho, como encarnação universal do

(28) “Que pensar de uma lei que só pode impor-se através de revoluções periódicas? É uma lei natural que assenta sobre a inconsciência daqueles cuja ação está sujeita a ela. (Friedrich Engels, *Umrisse zu einer Kritik der Nationalökonomie*, “Deutsch-Französische Jahrbücher”, org. por Arnold Ruge e Karl Marx, Paris, 1844.)

trabalho humano abstrato, causa espanto o absurdo da afirmação. Mas, quando os produtores de casaco, botas, etc. estabelecem relação entre essas mercadorias e o linho (ou entre elas e o ouro ou a prata, o que nada muda na substância da coisa), como equivalente universal, ou encarnação universal do trabalho humano abstrato, é precisamente sob aquela forma absurda que expressam a relação entre seus trabalhos particulares e o trabalho social total.

Formas dessa natureza constituem as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas, portanto objetivas, ajustadas às relações desse modo de produção historicamente definido, a produção de mercadorias. Todo o mistério do mundo das mercadorias, todo sortilégio e magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estas a forma de mercadorias, desaparecem assim que examinamos outras formas de produção.

A economia política adora imaginar experimentos robinsonianos.(29) Façamos, por isso, Robinson aparecer em sua ilha. Moderado por natureza, tem, entretanto, de satisfazer diferentes necessidades e, por isso, é compelido a executar trabalhos úteis diversos, fazer instrumentos, fabricar móveis, domesticar lhamas, pescar, caçar. Não falaremos de suas orações e de coisas análogas, pois Robinson se compraz nelas, considera restauradoras, atividades dessa natureza. Apesar da diversidade de suas funções produtivas, sabe que não passam de formas diversas de sua própria atividade, portanto, de formas diferentes de trabalho humano. A própria necessidade obriga-o a distribuir, cuidadosamente, seu tempo entre suas diversas funções. Se uma absorve parte maior ou menor de sua atividade que outra é porque há maiores ou menores dificuldades a vencer para se conseguir o proveito ambicionado. É o que a experiência lhe ensina, e nosso Robinson, que salvou do naufrágio o relógio, o livro-razão, tinta e caneta, começa como bom inglês, a organizar a contabilidade de sua vida. Sua escrita contém um registro dos objetos úteis que possui, das diversas operações requeridas para sua produção, e, finalmente, do tempo de trabalho que em média lhe custam determinadas quantidades dos diferentes produtos. Todas as relações entre Robinson e as coisas que formam a riqueza por ele mesmo criada são tão simples e límpidas, que até Max Wirth as entenderia, sem grande esforço intelectual. Elas já contêm, no entanto, tudo o que é essencial para caracterizar o valor.

Deixemos a ilha de Robinson, cheia de sol, e penetremos na sombria Idade Média européia. Nela não há o indivíduo independente; todos são dependentes: servos e senhores feudais, vassallos e suseranos, leigos e clérigos. A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais da produção material, quanto as outras esferas da vida baseadas nessa produção. Mas, justamente porque as relações de dependência pessoal constituem o fundamento social incontroverso, não se faz mister que os trabalhos e os produtos assumam feição fantasmagórica, diversa de sua realidade. Eles entram na engrenagem social, como serviços e pagamentos em produtos. A forma diretamente social do trabalho é aqui a forma

(29) Nota da 2ª edição: Ricardo também não está livre de mancadas robinsonianas. "Ele transforma o pescador e o caçador primitivos em donos de mercadorias, peixe e caça, que permutam na proporção do tempo de trabalho incorporado nesses valores de troca. Cai, então, no anacronismo de fazer o pescador e o caçador selvagens consultarem as tabelas de anuidades, de uso corrente na Bolsa de Londres em 1817, para calcular o valor correspondente aos instrumentos de trabalho. Os "Paralelogramas de Owen" parecem ter sido a única forma de sociedade que conhecia além da burguesa" (Karl Marx, *Contribuição à crítica etc.*, pp. 38, 39).

concreta do trabalho, sua particularidade, e não sua generalidade abstrata, como ocorre com a produção de mercadorias. A corvéia, como o trabalho que produz mercadorias, mede-se pelo tempo, mas cada servo sabe que quantidade de sua força pessoal de trabalho despense no serviço do senhor. O dízimo pago ao cura é mais palpável que sua bênção. No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham, ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho.

Para estudar o trabalho em comum, isto é, a associação direta de trabalho, não é mister recuar à forma comunitária que aparece naturalmente no limiar da história de todos os povos civilizados.(30) Constitui um exemplo próximo a indústria patriarcal rural de uma família camponesa, que produz, para as próprias necessidades, trigo, gado, fio, tela de linho, peças de roupa etc. Essas coisas diversas são, para a família, produtos diversos do seu trabalho, mas não se confrontam entre si como mercadorias. As diferentes espécies de trabalho que dão origem a esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc. são, na sua forma concreta, funções sociais, por serem funções da família que tem, como a produção de mercadorias, sua própria e espontânea divisão de trabalho. Diferenças de sexo e de idade e as condições naturais do trabalho, variáveis com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo que deve durar o trabalho de cada um de seus membros.

As forças individuais de trabalho operam, naturalmente, como órgãos da força comum de trabalho da família e, por isso, o dispêndio das forças individuais de trabalho, medido pelo tempo de sua duração, manifesta-se, aqui, simplesmente, em trabalhos socialmente determinados.

Suponhamos, finalmente, para variar, uma sociedade de homens livres, que trabalham com meios de produção comuns, e empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social. Reproduzem-se aqui todas as características do trabalho de Robinson, com uma diferença: passam a ser sociais, ao invés de individuais. Todos os produtos de Robinson procediam de seu trabalho pessoal, exclusivo e, por isso, eram, para ele, objetos diretamente úteis. Em nossa associação, o produto total é um produto social. Uma parte desse produto é utilizado como novo meio de produção. Continua sendo social. A outra parte é consumida pelos membros da comunidade. Tem, portanto, de ser distribuída entre eles. O modo dessa distribuição variará com a organização produtiva da sociedade e com o correspondente nível de desenvolvimento histórico dos produtores. Somente para fazer um paralelo com a produção de mercadorias, pressupomos que a participação de cada produtor nos bens de consumo se determina pelo seu tempo de trabalho. O tempo de trabalho desempenharia, portanto, duplo papel. Sua distribuição socialmente planejada regula a proporção correta

(30) Nota da 2ª edição: "É ridículo o preconceito, difundido recentemente, de que a forma primitiva da propriedade comum é especificamente eslava ou exclusivamente russa. Sua existência pode ser comprovada entre os romanos, germanos, celtas, e dela ainda se encontra, hoje, na Índia, um mosteiro completo de exemplares variados, embora parcialmente em ruína. Estudo em maior profundidade das formas asiáticas de propriedade coletiva, especialmente das indianas, comprovaria como diversas formas transmutadas decorrem das diferentes formas de propriedade coletiva natural. Assim, por exemplo, os diferentes tipos originais de propriedade privada entre os romanos e germanos podem ser inferidos de formas diferentes da propriedade comum indiana." (Karl Marx, *Introdução à crítica etc.*, p. 10.)

das diversas funções do trabalho para as diversas necessidades. Além disso, o tempo de trabalho serve para medir a participação individual dos produtores no trabalho comunitário e sua cota pessoal na parte do produto global destinada ao consumo. Neste caso, as relações sociais dos indivíduos no tocante a seus trabalhos e aos produtos de seus trabalhos continuam meridianamente claras, tanto na produção quanto na distribuição.

De acordo com a relação social de produção que tem validade geral numa sociedade de produtores de mercadorias, estes tratam seus produtos como mercadorias, isto é, valores, e comparam, sob a aparência material das mercadorias, seus trabalhos particulares, convertidos em trabalho humano homogêneo. Daí ser o Cristianismo, com seu culto do homem abstrato, a forma de religião mais adequada para essa sociedade, notadamente em seu desenvolvimento burguês, o protestantismo, o deísmo etc. Nos modos de produção da velha Ásia e a da antiguidade em geral, a transformação do produto em mercadoria e a do ser humano em produtor de mercadorias desempenham papel secundário, que vai se tornando importante à medida que as comunidades entram em dissolução. Povos comerciantes, propriamente, só existiram nos interstícios da antiguidade, como os deuses de Epicuro que habitavam nos intermúndios ou os judeus que vivem nos poros da sociedade polonesa. Aqueles organismos de produção da sociedade antiga são bem mais simples e transparentes que o burguês; mas, ou assentam na imaturidade do homem individual que não se libertou ainda do cordão umbilical que o prende a seus semelhantes na comunidade primitiva, ou se fundamentam nas relações diretas de domínio e escravidão. Têm, por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, sejam entre os homens ou entre estes e a natureza. Essa inibição real se reflete, de maneira idealizada, nos velhos cultos da natureza e nas antigas religiões nacionais. O reflexo religioso do mundo real só pode desaparecer, quando as condições práticas das atividades cotidianas do homem representem, normalmente, relações racionais claras entre os homens e entre estes e a natureza. A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso, precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser o resultado natural de um longo e penoso processo de desenvolvimento.

A economia política analisou, de fato, embora de maneira incompleta, (31) o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se pergun-

(31) A análise de Ricardo sobre a magnitude do valor, a melhor, é, contudo, insuficiente, como se verá nos livros terceiro e quarto desta obra. Quanto ao valor em geral, a economia política clássica não distingue, expressamente e com plena consciência, entre o trabalho representado no valor e o mesmo trabalho representado no valor-de-uso do produto. É claro que faz, de fato, essa distinção, ao considerar o trabalho, ora qualitativa, ora quantitativamente. Mas, não lhe ocorre que a distinção puramente quantitativa dos trabalhos pressupõe sua unidade qualitativa, sua homogeneidade, sua redução, portanto, a trabalho humano abstrato. Ricardo, por exemplo, afirma estar de acordo com Destutt de Tracy, quando este diz: "É certo que nossas faculdades físicas e mentais são nossa riqueza original, e que o emprego dessas faculdades, o trabalho sob qualquer de suas formas, é nosso tesouro original, e que tudo o que chamamos de bens provém desse emprego (...); em consequência, também é certo que todos esses bens representam simplesmente o trabalho que os produziu e que, se têm um valor ou mesmo dois valores distintos, só podem obtê-los do valor do trabalho donde promanam". (Ricardo, *The Principles of Pol. Econ.*, 3.ª ed., Londres, 1821, p. 334) (1). Observamos apenas que Ricardo atribui sua inter-

tou por que ocultam esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do produto de trabalho e a duração do tempo de trabalho pela magnitude desse valor. (32) Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso, dão às formas pré-burguesas de produção social o mesmo tratamento que os santos padres concedem às religiões pré-cristãs. (33)

pretação mais profunda a Destutt. Este diz realmente que todos os bens que constituem a riqueza, "representam simplesmente o trabalho que os produziu", mas que obtém seus "dois valores distintos" (valor-de-uso e valor-de-troca) do "valor do trabalho". Cai assim no lugar-comum da economia vulgar, que pressupõe o valor de uma mercadoria (aqui, o trabalho), para logo terminar, como consequência, o valor das outras. Ricardo entende Destutt como se este tivesse dito que o trabalho (não o valor do trabalho) está representado no valor-de-uso e no valor-de-troca. Ele mesmo atenta tão pouco para o duplo caráter do trabalho representado duplamente no valor-de-uso e no valor que, em todo o capítulo, "Valor e riqueza", se extenua batalhando contra as trivialidades de um J. B. Say. No fim, se surpreende em ver que há concordância entre ele e Destutt quanto a ser o trabalho fonte de valor, apesar de Destutt estar de acordo com Say, quanto ao conceito de valor.

(1) Vide Destutt de Tracy, *Elements d'idéologie*, Partes IV e V, Paris, 1826, pp. 35 e 36.

(32) Uma das falhas principais da economia política clássica é não ter conseguido devesar, — partindo da análise da mercadoria e, particularmente, do valor da mercadoria, — a forma do valor, a qual o torna valor-de-troca. Seus mais categorizados representantes como A. Smith e Ricardo, tratam com absoluta indiferença a forma do valor ou consideram-na mesmo alheia à natureza da mercadoria. O motivo não decorre apenas de a análise da magnitude do valor absorver totalmente sua atenção. Há uma razão mais profunda. A forma do valor do produto do trabalho é a forma mais abstrata, mais universal do modo de produção burguês, que, através dela, fica caracterizado como uma espécie particular de produção social, de acordo com sua natureza histórica. A quem considere esse modo de produção a eterna forma natural da produção social escapará, necessariamente, o que é específico da forma do valor e, em consequência, da forma mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores, a forma dinheiro, a forma capital etc. Encontram-se, por isso, economistas que concordam plenamente em ser a magnitude do valor medida pelo tempo de trabalho, mas sustentam em relação ao dinheiro, figura conclusa do equivalente geral, as idéias mais contraditórias e extravagantes. Confunde-nos, por exemplo, o acervo de lugares comuns, constituído pelas precárias definições de dinheiro que apresentam, ao estudarem os problemas bancários. Por isso, surgiu, em sentido contrário, um sistema mercantilista restaurado (Ganilh etc.) que vê no valor apenas a forma social ou, antes, o fantasma insubstancial dessa forma. — E, para esclarecer de uma vez por todas, direi que, no meu entender, economia política clássica é toda a economia que, desde W. Petty, investiga os nexos causais das condições burguesas de produção, ao contrário da economia vulgar que trata apenas das relações aparentes, rumina, continuamente, o material fornecido, há muito tempo, pela economia científica, a fim de oferecer uma explicação plausível para os fenômenos mais salientes, que sirva ao uso diário da burguesia, limitando-se, de resto, a sistematizar pedantemente e a proclamar como verdades eternas, as idéias banais, presunçosas dos capitalistas sobre seu próprio mundo, para eles o melhor dos mundos.

(33) "Os economistas têm uma maneira de proceder singular. Para eles só há duas espécies de instituições, as artificiais e as naturais. As do feudalismo são instituições artificiais; as da burguesia, naturais. Equiparam-se, assim, aos teólogos, que classificam as religiões em duas espécies. Toda religião que não for a sua é uma invenção dos homens; a sua é uma revelação de Deus. — Desse modo, havia história, mas, agora, há mais" (Karl Marx, *Misère de la philosophie. Réponse à la philosophie de la misère de N. Proudhon*, 1847, p. 113). O senhor Bastiat é realmente engraçado, imaginando que os antigos gregos e romanos viviam apenas do saque. Se há povos que vivem de rapina, durante muitos séculos, deve existir sempre algo para saquear, ou têm de reproduzir-se continuamente as coisas que são objeto de saque. Por isso, parece que também os gregos e os romanos tinham um processo qualquer de produção, portanto, uma economia, que constituía a base material do seu mundo, do mesmo modo que a economia burguesa constitui a do mundo de hoje. Ou quer Bastiat dizer, talvez, que um modo de produção baseado na escravidão se fundamenta num sistema de rapina? Assim, ele envereda por senda perigosa. Se um pensador portentoso, como Aristóteles, errou em sua apreciação sobre o trabalho escravo, por que um economista pigmeu, como Bastiat, estaria certo em sua apreciação sobre o trabalho assalariado? — É oportuna, aqui, uma breve resposta à objeção levantada por um periódico teuto-americano, quando apareceu meu livro *Contribuição à crítica da economia política*, 1859. Segun-

A polémica monótona e estulta sobre o papel da natureza na criação do valor-de-troca, além de outros fatos, demonstra que uma parte dos economistas está iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência material que encobre as características sociais do trabalho. Sendo o valor-de-troca uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma cotação de câmbio.

A forma mercadoria é a mais geral e mais elementar da produção burguesa, razão por que surgiu nos primórdios, embora não assumisse a maneira dominante e característica de hoje em dia. Pela mesma razão parece ainda relativamente fácil penetrar em seus atributos fetichistas. Nas formas mais desenvolvidas se desvanece essa aparência de simplicidade. Donde provieram as ilusões dos mercantilistas? Segundo eles, o ouro e a prata, na função do dinheiro, não representavam uma relação social de produção, mas eram objetos naturais com peculiares propriedades sociais. E a economia moderna que sobranceira sorri desdenhosa para aquelas ilusões, não manifesta evidente fetichismo quando trata do capital? Há quanto tempo desapareceu a quimera fisiocrática de a renda da terra originar-se do solo e não da sociedade?

Sem maior avanço nesta análise, limitamo-nos a ilustrar com mais alguns elementos do fetichismo da mercadoria. Se as mercadorias pudessem falar, diriam: "Nosso valor-de-uso pode interessar aos homens. Não é nosso atributo material. O que nos pertence como nosso atributo material, é nosso valor. Isto é o que demonstra nosso intercâmbio como coisas mercantis. Só como valores-de-troca estabelecemos relações umas com as outras". O economista, o intérprete da alma da mercadoria, assim fala:

"Valor" (valor-de-troca) "é propriedade das coisas, riqueza" (valor-de-uso), "do homem: Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não."
(34) "Riqueza (valor-de-uso é atributo do homem; valor, atributo das mercadorias. Um homem ou uma comunidade é rico, uma pérola ou um diamante é valioso (...). Uma pérola ou um diamante tem valor como pérola ou diamante."(35)

Até hoje nenhum químico descobriu valor-de-troca em pérolas ou diamantes. Os economistas que descobriram essa substância química e blasonam profun-

do ele, — minha idéia de ser cada determinado modo de produção e as correspondentes relações de produção, em suma, "a estrutura econômica da sociedade a base real sobre que se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas de consciência social"; de "o modo de produção da vida material condicionar o processo da vida social, política e intelectual em geral", — tudo isto seria verdadeiro no mundo hodierno, onde dominam os interesses, mas não na Idade Média, sob o reinado do catolicismo, nem em Roma ou Atenas, sob o reinado da política. De início, é estranho que alguém se compraza em pressupor o desconhecimento por outrem desses lugares-comuns sobre a Idade Média e a Antiguidade. O que está claro é que nem a Idade Média podia viver do catolicismo, nem o mundo antigo, da política. Ao contrário, é a maneira como ganhavam a vida que explica por que, numa época, desempenhava o papel principal, a política e, na outra, o catolicismo. De resto, basta um pouco de conhecimento da história da república romana para saber que sua história secreta é a história da propriedade territorial. Já Dom Quixote pagou pelo erro de presumir que a cavalaria andante era compatível com qualquer estrutura econômica da sociedade.

(34) "Value is a property of things, riches of man. Value, in this sense, necessarily implies exchanges, riches do not" (*Observation on some verbal disputes in Pol. Econ., particularly relating to value, and to supply and demand*, Londres, 1821, p. 16).

(35) Riches are the attribute of man, value is the attribute of commodities. A man or a community is rich, a pearl or a diamond is valuable... A pearl or a diamond is valuable as a pearl or diamond" (S. Bailey, *op. cit.*, pp. 165 e segs.).

didade crítica acham, entretanto, que o valor-de-uso das coisas não depende de suas propriedades materiais, e que o valor, ao contrário, é materialmente um atributo das coisas. O que lhes robustece a opinião é a circunstância peculiar de que o valor-de-uso se realiza para as pessoas sem troca, por meio de relação direta entre a coisa e a pessoa, enquanto o valor só se realiza através da troca, isto é, por meio de um processo social. Quem não se lembra aqui do bom Dogberry, ensinando ao vigilante noturno Seacoal:

"Ser dotado de um belo físico é uma dádiva das circunstâncias, mas ler e escrever é um dom da natureza."(36)

(36) O autor de *Observation* e S. Bailey inquiram Ricardo de ter convertido o caráter relativo do valor-de-troca em algo absoluto. Ricardo, ao contrário, reduz a relatividade aparente que essas coisas, diamantes e pérolas, por exemplo, possuem como valores-de-troca, à verdadeira relação oculta por trás dessa aparência, à relação existente entre elas como meras expressões do trabalho humano. Se os adeptos de Ricardo respondem a Bailey de modo impetuoso mas não convincente, foi apenas porque não encontraram no mestre nenhum esclarecimento sobre a íntima conexão existente entre valor e sua forma, o valor-de-troca.